



**Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género**  
Presidência do Conselho de Ministros

**V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação (2014-2017)**

**Relatório intercalar de execução**

**2015**

**Abril de 2016**

## ÍNDICE

<b>Introdução</b>	<b>3</b>
<b>Implementação das áreas estratégicas de intervenção</b>	
• <b>Área Estratégica 1</b>	<b>5</b>
• <b>Área Estratégica 2</b>	<b>16</b>
• <b>Área Estratégica 3</b>	<b>28</b>
• <b>Área Estratégica 4</b>	<b>34</b>
• <b>Área Estratégica 5</b>	<b>38</b>
• <b>Área Estratégica 6</b>	<b>49</b>
• <b>Área Estratégica 7</b>	<b>42</b>
<b>Grau de execução do Plano: Síntese avaliativa</b>	<b>53</b>
<b>Anexo I</b>	<b>55</b>
<b>Siglas utilizadas</b>	<b>59</b>

## **Introdução**

Dando cumprimento ao estipulado na alínea e) do nº 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), enquanto entidade coordenadora do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação (2014-2017) - adiante designado de V PNI – procedeu à avaliação relativa ao segundo ano de execução - 2015.

O presente relatório pretende reportar, essencialmente, o trabalho realizado durante o ano de 2015 pelas várias entidades públicas, da administração central, regional e local, e as organizações da sociedade civil envolvidas na execução do V PNI, tendo por referência as sete áreas estratégicas de intervenção:

Área Estratégica 1 – Integração da Perspetiva da Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local;

Área Estratégica 2 – Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas;

Área Estratégica 3 – Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal;

Área Estratégica 4 – Orientação Sexual e Identidade de Género;

Área Estratégica 5 – Organizações não – governamentais;

Área Estratégica 6 – Comunicação Social; e

Área Estratégica 7 – Cooperação;

e as respetivas medidas que as integram.

No final deste relatório, será apresentada a síntese avaliativa que reflete o grau de implementação em 2015.

Para a análise qualitativa e quantitativa da execução do V PNI, faz-se uma abordagem sequencial, medida a medida, em grupos correspondentes às áreas estratégicas. Pelo facto, já exposto, de este relatório incidir sobre o ano de 2015, a abordagem sequencial das medidas de política não abrange a totalidade das 70 medidas constantes do V PNI. Tal prende-se com o facto de o V PNI ter uma calendarização das medidas e algumas não se destinarem ao ano de 2015, mas aos seguintes ou a anterior.

Conforme previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro, esteve em pleno funcionamento o grupo de apoio à entidade coordenadora do Plano, composto pelos seguintes membros<sup>1</sup>:

- a) Conselheiro/a da Presidência do Conselho de Ministros;
- b) Conselheiro/a do Ministério das Finanças;
- c) Conselheiro/a do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- d) Conselheiro/a do Ministério da Economia;
- e) Conselheiro/a do Ministério da Saúde;
- f) Conselheiro/a do Ministério da Educação e Ciência;
- g) Conselheiro/a do Ministério da Solidariedade, do Emprego e Segurança Social;
- h) Representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- i) Três representantes da secção das organizações não-governamentais do conselho consultivo da CIG, escolhidas de entre os respetivos membros.

Este grupo de trabalho reuniu ordinariamente três vezes no ano de 2015. Os dados constantes deste relatório foram coligidos pela CIG, a partir dos contributos recebidos de alguns Ministérios (Agricultura e Mar, Defesa Nacional, Finanças, Justiça, Negócios Estrangeiros, Saúde e Secretaria de Estado da Cultura) e das ONG representadas no Conselho Consultivo da CIG, encontrando-se ainda informação em falta.

---

<sup>1</sup> Opta-se pela designação dos Ministérios de acordo com a orgânica do XIX Governo Constitucional que esteve em funções durante a maior parte do tempo coberto por este relatório intercalar.

## Implementação das áreas estratégicas de intervenção

### **Área Estratégica 1 – Integração da Perspetiva da Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local**

- **Medida 1 - Promover a implementação, em cada ministério, de um plano para a igualdade, tendo em vista integrar a dimensão da igualdade de género e da não-discriminação na estrutura interna e na ação externa.**

Esta medida pretendia promover, num primeiro momento, a elaboração e aprovação dos Planos de Ação Sectoriais para a Igualdade em todos os Ministérios, cujo objetivo é facilitar a integração da perspetiva de género nas políticas, no planeamento, nas rotinas e nas práticas de toda a Administração Pública. Todos os Ministérios aprovaram um Plano.

Em 31 de janeiro de 2016, apresentaram relatórios anuais de execução, dos respetivos Planos Sectoriais, os seguintes ministérios:

- Ministério da Agricultura e do Mar;
- Ministério da Defesa Nacional;
- Ministério das Finanças;
- Ministério da Justiça;
- Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Ministério da Saúde
- Secretaria de Estado da Cultura.

- **Medida 2 – Formação de dirigentes, agentes da Administração Pública, conselheiros/as ministeriais para a igualdade e equipas interdepartamentais.**

Durante o ano de 2015, a 10 de fevereiro, decorreu o 2º módulo do Curso de Formação em Igualdade de Género, promovido pelo Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros (CEJUR) e pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), intitulado “Melhorar a Eficiência e a Qualidade do Orçamento Público: A Ferramenta da Orçamentação Sensível ao Género”, no Instituto da Defesa Nacional.

À semelhança do primeiro módulo, que teve lugar em 2014, este 2º módulo teve como principais objetivo fornecer informação sobre o desenvolvimento de políticas públicas de igualdade entre mulheres e homens, pretendendo-se abordar com algum grau de detalhe a temática relativa aos orçamentos sensíveis ao género. Contou com 103 participantes, provenientes da Administração Pública, incluindo conselheiras e conselheiros ministeriais e respetivas equipas interdepartamentais (17 homens e 86 mulheres).

O Ministério da Defesa Nacional (MDN) ministrou um módulo na formação inicial e contínua em matéria de ética profissional e atitude comportamental, vocacionada para o combate ao assédio sexual. Foram abrangidos/as 4.535 militares e civis do Exército, dos/as quais 487 do sexo feminino.

Foi ministrado um módulo no Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército, sobre Igualdade de Género, com uma audiência de 295 homens e 26 mulheres.

- **Medida 3 – Promover ações de formação em igualdade, impacto de género das iniciativas legislativas e orçamentos sensíveis ao género para juristas responsáveis pelo processo legislativo.**

As ações referidas na medida 2 cumprem igualmente esta medida.

- **Medida 4 – Promover iniciativas de orçamentos sensíveis ao género.**

O Ministério da Finanças reportou que, atendendo às restrições orçamentais, a execução desta medida está prevista para 2017.

- **Medida 5 – Assegurar a recolha, o tratamento e a divulgação de informação estatística relativa aos recursos humanos da Administração Pública, desagregada por sexo.**

O Ministério da Finanças reportou que as seguintes publicações foram disponibilizadas dentro dos prazos previstos:

Síntese Estatística do Emprego Público (SIEP)

- 4.º Trimestre de 2014;
- 1.º Trimestre de 2015;
- 2.º Trimestre de 2015;
- 3.º Trimestre de 2015.

## Boletim Estatístico do Emprego Público - BOEP

- n.º 12 (junho 2015);
  - n.º 13 (outubro 2015).
- 
- **Medida 6 – Assegurar a recolha, tratamento e divulgação de informação estatística, desagregada por sexo, relativa à execução de todas as políticas públicas.**

O INE, I.P., entidade responsável pela execução da medida, estabeleceu contacto com todos/as conselheiros/as, identificados/as pela CIG, no sentido de ser garantida a implementação da medida em causa, bem como o envio anual a esse instituto do “Indicador de resultados” definido no V PNI - “nº de Serviços da Administração Pública que asseguram a recolha, tratamento e divulgação de informação estatística, desagregada por sexo, originada no exercício das competências que lhes estão atribuídas”, durante a primeira quinzena de cada ano.

- **Medida 7 – Assegurar, a nível institucional, a adoção de uma política comunicacional não-discriminatória em função do sexo e promotora da igualdade de género, em todos os organismos públicos.**

Vários ministérios e municípios reportaram que adotaram uma política comunicacional não-discriminatória em função do sexo e promotora da igualdade de género. Muitas destas entidades receberam formação nesta área, durante 2015.

Por motivos orçamentais, o estudo de avaliação da utilização da linguagem inclusiva pela Administração Pública, previsto para 2015, não foi realizado.

- **Medida 8 – Promover a implementação de Planos Municipais para a Igualdade.**

De acordo com informação enviada à CIG, foram aprovados (ou renovados), durante o ano de 2015, 14 Planos Municipais para a Igualdade.

A UMAR e a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia promoveram a realização de reuniões e formações para promoção do I Plano Municipal para a Igualdade.

A APF Lisboa é parceira no desenvolvimento do Plano Municipal de Sintra e pertence ao Conselho Municipal para a Igualdade de Lisboa. A APF Norte é parceira no desenvolvimento dos Planos Municipais de Matosinhos, Valongo e Porto.

Em parceria com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, a APEM realizou o Colóquio Internacional intitulado “Políticas Municipais de Igualdade de Género – Planos, Metodologias e Agentes”, nos dias 11 e 12 de maio, tendo as sessões tido lugar na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

O principal objetivo do colóquio foi encetar uma reflexão científica participada acerca das conceções, processos e resultados da transversalização da igualdade de género nas políticas locais, desenvolvidas pelos municípios portugueses. Pretendeu-se também que esta reflexão decorresse numa perspetiva comparada, pelo que foram convidadas várias especialistas para partilharem a sua experiência. Os objetivos do colóquio foram, na sua maioria, alcançados, especialmente pelo contributo dado pelos 11 municípios que apresentaram os seus planos em posters. Participaram no colóquio 158 pessoas, na sua maioria dirigentes e quadros superiores das autarquias de norte a sul do país.

Esta atividade concorreu igualmente para a execução das medidas 10 e 11.

- **Medida 9 – Promover a nomeação de conselheiros/as locais para a igualdade.**

Durante 2015, foram nomeados/as 22 conselheiros/as locais para a igualdade.

- **Medida 10 – Promover a formação em igualdade de género, cidadania e não-discriminação para os/as conselheiros/as locais para a igualdade, bem como para dirigentes e restante pessoal autárquico.**

A CIG, durante 2015, promoveu várias ações de formação, a saber:

- 26 e 27 de janeiro, nas instalações da Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste (ESDIME), em Castro Verde, dirigido às/aos conselheiras/os e representantes da rede social de vários concelhos de Castro Verde, num total de 25 participantes (2 homens e 23 mulheres);
- 3 e 4 fevereiro, na Câmara Municipal de Santarém, dirigida às/aos conselheiras/os locais e representantes da rede social de vários concelhos do distrito, num total de 25 participantes (2 homens e 23 mulheres);
- 3 e 4 de março, na Câmara Municipal de Ansião, dirigida às/aos conselheiras/os locais e rede social dos concelhos de Ansião, Castanheira de Pera e Pedrogão Grande, num total de 25 participantes (1 homem e 24 mulheres);



- 6 de março, na Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, dirigida aos técnicos/as da autarquia, da rede social e de outras instituições locais, nomeadamente das áreas da Saúde, Segurança Social, PSP, CPCJ e da Educação, do Distrito de Bragança, num total de 28 participantes (24 mulheres e 4 homens);
- 25 de março, na Câmara Municipal de Vila do Conde, dirigida ao Executivo, técnicos/as da autarquia e outras instituições da rede social, nomeadamente das áreas da saúde, segurança social, PSP, CPCJ e outros parceiros da rede local do Distrito do Porto, num total de 22 participantes (18 mulheres e 4 homens);
- 7 de abril, na Câmara Municipal de Famalicão, dirigida aos técnicos/as da autarquia e outras instituições sociais, parceiros da rede social e outras ONG locais do Distrito de Braga num total de 23 participantes (15 mulheres e 8 homens);
- 18, 19 e 20 de maio, na Câmara Municipal de Ponta Delgada, dirigida ao Executivo e técnicos/as da autarquia de Ponta Delgada e de outras Câmaras Municipais da Ilha de S. Miguel, num total de 17 participantes (13 mulheres e 4 homens);
- 14 e 15 de setembro, na Câmara Municipal da Madalena do Pico, dirigida ao Executivo, dirigentes e técnicos/as da autarquia e de outras Câmaras Municipais da Ilha do Pico, num total de 26 participantes (23 mulheres e 3 homens);
- 16 e 17 de setembro, na Câmara Municipal de S. Roque do Pico, dirigida ao Executivo, dirigentes e técnicos/as das autarquias de São Roque do Pico e de Lages do Pico, num total de 16 participantes (11 mulheres e 5 homens);
- 28 e 29 de setembro, na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, dirigida ao Executivo, dirigentes e técnicos/as da autarquia, num total de 37 participantes (18 mulheres e 19 homens);
- 30 setembro e 1 de outubro, na Câmara Municipal de Vila do Porto, dirigida ao Executivo, dirigentes e técnicos/as da autarquia, num total de 17 participantes (10 mulheres e 7 homens);
- 12 de outubro, na Câmara Municipal de Vila Verde, dirigida a dirigentes da autarquia, num total de 16 participantes (11 mulheres e 5 homens);
- 28 de outubro, na Câmara Municipal do Marco de Canaveses, dirigida a dirigentes e técnicos/as da autarquia, num total de 16 participantes (9 mulheres e 7 homens);
- 17 de novembro, na Câmara Municipal de Nelas, dirigida a dirigentes e técnicos/as da autarquia, num total de 22 participantes (13 mulheres e 9 homens);
- 23 de novembro, na Câmara Municipal de Tábua, dirigida a dirigentes e técnicos/as da autarquia, num total de 22 participantes (15 mulheres e 7 homens);

- 27 de novembro e 1 de dezembro, na Marinha Grande, dirigida às/aos conselheiras/os locais e rede social do concelho, num total de 31 participantes (4 homens 27 mulheres);
- 2 de dezembro, na Câmara Municipal de Arganil, dirigida ao Executivo, dirigentes e técnicos/as da autarquia, num total de 27 participantes (24 mulheres e 3 homens);
- 9 de dezembro, na Câmara Municipal de Cinfães, dirigida ao Executivo, dirigentes e técnicos/as da autarquia, num total de 19 participantes (16 mulheres e 3 homens).

A UMAR realizou 2 ações de formação para pessoal autárquico sobre igualdade de género, no âmbito do projeto *Artways* (Março e Setembro), nos municípios de Vila Nova de Gaia e Póvoa de Varzim.

- **Medida 11 – Promover ações de sensibilização destinadas à integração da perspetiva de género nas organizações e nas políticas locais.**

Para além das atividades já descritas na medida 10, desenvolveram-se outras atividades de sensibilização.

Realizou-se uma ação de formação, promovida pela CIG, intitulada “Igualdade de Género e Violência de Género”, dirigida a coordenadores\as de zona e responsáveis de gabinete da GEBALIS - Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa, nos dias 3, 9, 10, 17, 24, 25 e 27 de março, com a duração de 39 horas. Esta formação integrou módulos relativos às temáticas da igualdade de género, violência de género, mutilação genital feminina, violência doméstica e tráfico de seres humanos, e contou com 25 participantes (23 mulheres e 2 homens).

Teve lugar uma ação de formação em Igualdade de Género, realizada no âmbito do Projeto EQUO, destinada aos/às dirigentes das organizações da economia social e solidária, promovida em parceria com a Questão de Igualdade – Associação para a Inovação Social e a ACEESA, com a duração de 6 horas diárias, num total de 18 horas, realizada nos dias 12, 19 e 23 de março, as quais abrangeram 24 participantes (21 mulheres e 3 homens). Nos dias 7, 14 e 23 de outubro, teve lugar uma outra ação de formação do mesmo projeto, desta vez destinada a profissionais e voluntários/as das organizações da economia social e solidária que intervêm na área social, abrangendo 13 participantes (11 mulheres e 2 homens).

Realizou-se o Fórum “Igualdade é Qualidade: O Papel das Autarquias”, promovido pela Câmara Municipal da Póvoa do Lanhoso, no dia 23 de março de 2015. Este encontro reuniu participantes dos municípios de Felgueiras, Gondomar, Mangualde, Oliveira de Azeméis, Ponte da Barca, Santa Maria da Feira, Vieira do Minho e Vila Nova de Famalicão. Estiveram ainda presentes representantes de

diferentes entidades concelhias, regionais e nacionais, como, por exemplo, Guarda Nacional Republicana, Comissão de Proteção de Idosos, Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga, Casa de Trabalho de Fontarcada, Centro Social e Paroquial de Monsul e Centro Social Teresiano de Verim.

Como reportado na medida 8, a APEM, em parceria com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, realizou o colóquio internacional intitulado “Políticas Municipais de Igualdade de Género – Planos, Metodologias e Agentes”, nos dias 11 e 12 de maio, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

No dia 25 de novembro de 2015, por ocasião da celebração do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, a CIG participou num Encontro promovido pela Câmara Municipal do Seixal, tendo dinamizado um painel dedicado à problemática da Mutilação Genital Feminina. Este evento integrou ainda a 54.<sup>a</sup> reunião plenária ordinária da Rede Social do Conselho Local de Ação Social do Seixal, tendo mobilizado um conjunto muito diversificado de participantes (cerca de 50).

A Câmara Municipal de Arganil, através da Rede Social de Arganil e dos parceiros com assento no CLAS, nomeadamente através duma Instituição Particular de Solidariedade Social – Associação Passo a Passo, desenvolveu 5 sessões, nas temáticas de igualdade de Género e Violência no Namoro, num total de 10 turmas: 5º ano de escolaridade (91 alunos) e 7º e 8º ano de escolaridade (77 alunos), totalizando 168 alunos. Esta ação teve a colaboração do Agrupamento de Escolas de Arganil – PES – Programa de Educação para a Saúde.

- **Medida 12 – Atribuir o prémio bienal para Municípios “Viver em Igualdade”**

O Prémio foi atribuído em 2014, estando calendarizada a próxima edição para 2016.

- **Medida 13 – Assinalar o «Dia Municipal para a Igualdade».**

De acordo com a informação reportada à CIG pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), 26 municípios assinalaram o “Dia Municipal para a Igualdade”, com a realização de uma série de iniciativas diversificadas, dirigidas e abertas à comunidade em geral e também a públicos mais específicos, das quais se enumeram:

- Município de Póvoa de Lanhoso: instituiu um dia específico, designado como “Dia Municipal para a Igualdade na Póvoa de Lanhoso”, a 23 de março, por ser a data indicada como a da revolução protagonizada pela heroína (mulher), da Póvoa de Lanhoso, a Maria da Fonte;

- Município de Câmara de Lobos: comemorou, a 23 de outubro, o Dia Municipal para a Igualdade, em parceria com a Direção Regional do Trabalho e da Ação Inspetiva (DIRTRA) – Serviço de Igualdade de Género e a Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Estreito de Câmara de Lobos, através de uma sessão de esclarecimento, por parte da DIRTRA, seguida de uma atuação do grupo de teatro “Sempre Jovem” (seniores) sobre a temática da Igualdade, na qual participaram 50 pessoas (jovens, adultos/as e seniores). Foi elaborado um cartaz temático alusivo ao Dia Municipal para a Igualdade publicado no *site* oficial da autarquia e na página do *facebook*;
- Município de Odivelas: promoveu no dia 23 de outubro, em parceria com a Questão de Igualdade – Associação para a Inovação Social, o *Workshop* subordinado ao tema “Integração da Igualdade de Género nas Organizações – Boas Práticas”. O *Workshop* destinou-se aos/às técnicos/as que intervêm na área da igualdade de género, bem como à população em geral, e teve a duração de 3 horas, com 22 participantes (19 mulheres e 3 homens);
- Município da Horta: assinalou o Dia Municipal para a Igualdade no dia 22 de outubro, com um fórum de discussão, subordinado ao tema «Conciliação da Vida Profissional, Familiar e Pessoal e a Proteção na Parentalidade», com 100 participantes (86 mulheres e 14 homens);
- Município de Marco de Canaveses: assinalou o dia 24 de Outubro, com a iniciativa “Caminhada para a Igualdade”, apelando à livre participação de instituições e cidadãos/os marcoenses;
- Município de São Pedro do Sul: comemorou o Dia Municipal para a Igualdade, em colaboração com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de S. Pedro do Sul e Agrupamento de Escolas, tendo desenvolvido as seguintes iniciativas: elaboração de um cartaz com “dicas” para educar as crianças para a igualdade, que foi afixado nas entidades parceiras e comércio local; organização de uma “Caminhada para a Igualdade” e exibição do filme “Untouchables” (Amigos Improváveis) no Agrupamento de Escolas de São Pedro do Sul (Ensino Secundário), no âmbito da temática da igualdade de direitos;
- Município de Oliveira de Azeméis: assinalou, a 24 de outubro, com uma ação de rua para envolver a população, de forma a promover uma tomada de consciência cívica sobre a importância dos valores da igualdade entre homens e mulheres para uma sociedade mais justa e inclusiva. Esta ação coincidiu com a última edição de 2015 do *Street Market*, pelo que as pessoas nas bancas foram convidadas a participar nas celebrações, com mensagens alusivas ao dia;

- Município de Ovar: assinalou com a publicação de um texto, na sua página da internet, e o lançamento de inquéritos aos/as colaboradores/as da autarquia, no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade;
- Município de Palmela: promoveu as seguintes atividades: publicação no seu *site* institucional de informação relevante sobre o tema e realização de *atelier* destinado às escolas do 1º ciclo, relativo à igualdade de género, promovido em parceria com a Questão de Igualdade – Associação para a Inovação Social; no dia 21 de outubro, tiveram lugar ações lúdicas sobre igualdade de género para crianças da escola do ensino básico da Palhota, do concelho de Palmela, promovidas pelo município, em parceria com a Questão de Igualdade – Associação para a Inovação Social;
- Município de Valongo: inaugurou uma Exposição alusiva ao tema Violência no Namoro, foi colocado um *Banner* na página da internet e distribuídos cartazes sobre a parentalidade;
- Município de Leiria: assinalou, com a realização de uma palestra efetuada na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, dirigida à comunidade estudantil. Nesta ação, foram abordados três temas específicos: - o percurso da mulher portuguesa na vida pública, com a intervenção de uma investigadora do Centro de Estudos Sociais; apresentação de boas práticas numa empresa relativamente à conciliação da vida familiar/vida profissional; e, por último, apresentação de testemunho pessoal do que é a igualdade de género na comunidade cigana;
- Município de Ponte da Barca: integrou as atividades nas comemorações do Dia do Município. Na sessão solene, realizada para toda a comunidade do concelho, foi entregue a todos/as os/as presentes um prospeto com um destacável para partilha de um pensamento/opinião sobre a igualdade. Esta ação permitiu a reflexão sobre esta temática. Estiveram presentes 200 participantes;
- Município de Vila do Conde: assinalou, no dia 28 de outubro, no Centro de Memória, uma iniciativa, que teve como objetivos integrar a perspetiva de género em todos os domínios da ação política, no sentido do reforço da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, e sensibilizar para a importância da intervenção na área da igualdade de género, salientando-se a pertinência da formação dos técnicos/as nesta matéria. Esta ação destinou-se aos parceiros da Rede Social, a profissionais e técnicos/as das diferentes áreas de intervenção no concelho (área social, da saúde, da educação, da segurança e da justiça) e à população em geral. Com esta iniciativa, criou-se um momento informal de partilha e reflexão sobre esta temática equacionando-se atitudes e possíveis intervenções articuladas futuras;

- Município de Vila Nova de Famalicão: promoveu várias iniciativas, no dia 24 de outubro. O Museu Bernardino Machado foi o local escolhido para a dinamização das diversas atividades, a saber: realização de um espetáculo de música e percussão apresentado pelo Projeto “Favela 31”, que visa o desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças e jovens residentes nas urbanizações sociais do concelho; apresentação do projeto “Integrate”, financiado pelo Alto Comissariado para as Migrações, projeto que visa o combate à discriminação e potenciar atividades económicas, empreendedoras e sustentáveis, com a população cigana; realização da conversa informal “Emoções Experienciadas”; dinamização do “Rally Virtual – Géneros diferentes, direitos iguais!”, um jogo que visou promover a igualdade; atuação do Coral Didáxis e realização de um lanche convívio, proporcionado com a colaboração do Movimento Lírio Azul. Participantes: 80;
- Município do Seixal: promoveu um conjunto de iniciativas, a saber: notícia em todos os meios de comunicação da Câmara Municipal sobre a atividade do município nesta área; lançamento da Campanha da “Manta da Igualdade”; sessão de apresentação do Projeto IGOS – Igualdade de Género Odivelas e Seixal em parceria com Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP);
- Município de Serpa: assinalou o Dia Municipal, com uma atividade desportiva;
- Município de Tomar: realizou a Tertúlia “É do teu género”, a partir do testemunho de dois homens e três mulheres, que ocupam cargos ou profissões tradicionalmente associados ao outro sexo que não o seu, conversa sobre igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, estereótipos de género, desigualdades salariais, desigualdades no acesso à carreira, relação entre trabalho e vida privada, necessidade de (re)pensar a gestão dos territórios, avanços legislativos e práticas em dissonância: o papel das políticas, dos media, da religião, da educação, das famílias e de cada um/a, nesta matéria; um momento musical por duas alunas da Escola de Música Canto Firme;
- Município de Alenquer: realizou uma exposição documental sobre o papel da mulher no século XX, na Biblioteca Municipal de Alenquer, entre os dias 24 de outubro e 30 de novembro. Ainda inserida na Comemoração do Dia Municipal para a Igualdade, realizou-se na Biblioteca Municipal de Alenquer, no dia 31 de outubro, uma atividade denominada “Conversas sobre Igualdade”;
- Município do Barreiro: assinalou o Dia Municipal para a Igualdade, com uma mensagem do Presidente da Câmara e da conselheira local para a igualdade, divulgada no *site*, *Facebook* e correio interno do Município;

- Município de Oeiras: realizou, em parceria com a Associação Portuguesa Solidariedade e Desenvolvimento, a “Caminhada para a Igualdade”;
- Município de Celorico da Beira: projetou parte do filme “Dormindo com o inimigo” e debateu as questões da violência doméstica com os alunos e alunas dos Cursos Profissionais e Secundário do Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira. Esta ação foi desenvolvida em parceria com: Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, GNR, CPCJ e Associação de Municípios da Cova da Beira. Participaram 196 alunos/as (73 raparigas e 123 rapazes), 16 docentes (11 mulheres e 5 homens) e 11 técnicos/as das Entidades envolvidas (7 mulheres e 4 homens);
- Município da Figueira da Foz: em estreita colaboração com o Grupo Ativo da Comunidade Cigana da Figueira da Foz (GACCFF), promoveu, no Mercado Municipal, um *Show Cooking* de gastronomia cigana e, no *Meeting Point*, um espetáculo, que contou com a colaboração de artistas de etnia cigana e imigrantes, procurando, desta forma, chamar a atenção para as questões da igualdade e não discriminação;
- Município da Lousã: celebrou a 7 de novembro, com a Iniciativa “Pedalando pela Igualdade”;
- Município de Grândola: assinalou o Dia Municipal para a Igualdade, com uma sessão do Ciclo de Conversas sob o tema “Histórias da Resistência no Feminino”, iniciativa da responsabilidade do Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta em Grândola e da Câmara Municipal de Grândola, que integrou os Planos de Ação do Conselho Local de Ação Social de Grândola e da RIVDAL - Rede Integrada de Resposta à Violência Doméstica do Alentejo Litoral. Ação destinada à população em geral, a iniciativa contou com a presença de 71 participantes;
- Município de Lagoa: realizou várias atividades, nomeadamente a inauguração de Exposição coletiva dos funcionários/as do Município, expressando as suas capacidades artísticas em várias áreas (PubliArte); realização da Conferência “Um Olhar sobre a Igualdade” (23 de outubro); e uma Marcha pela Igualdade e Cidadania (24 outubro);
- Município de Alvito: assinalou, com a realização de uma ação de sensibilização sobre a temática da igualdade de género.

A sociedade civil (Amnistia Internacional, ANAFRE, ANIMAR, APAV, Cáritas Portuguesa, CASES, EAPN, FENACERCI, Raízes, UMAR), por seu lado, organizou 53 iniciativas para assinalar o Dia Municipal da Igualdade, em 33 concelhos do país.



## Área Estratégica 2 – Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas

### 2.1 – Educação, Ciência e Cultura

- **Medida 14 – Produzir materiais pedagógicos, em todos os suportes, promotores da igualdade de género e da cidadania:**

**a) Elaborar o Guião de Educação, Género e Cidadania para o ensino secundário;**

**b) Elaborar um Referencial de Educação para a Igualdade de Género.**

a) O Guião de Educação, Género e Cidadania para o ensino secundário foi concluído pela equipa da APEM. A DGE/ME procedeu à leitura e análise dos textos de autor a integrar o Guião Educação Género e Cidadania para o ensino secundário.

b) Foi constituído um grupo de trabalho (Grupo de Trabalho do Referencial de Educação para a Igualdade de Género- GTREIG) para elaborar uma proposta de Referencial de Educação para esta área, que integrou as seguintes entidades: DGE, CIG e Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM). A CIG enviou proposta, que elaborou em articulação com a PpDM, para a DGE, a 9 de julho. O Referencial encontra-se em fase intermédia de elaboração. Estão identificados os temas, subtemas, objetivos e respetivos descritores para o nível secundário, e incluirá o tema da Mutilação Genital Feminina (ver medida 5, área estratégica 1, do III Plano MGF).

- **Medida 15 – Promover a divulgação e a aplicação dos materiais pedagógicos produzidos.**

Durante o ano letivo de 2014-2015, foram financiadas vinte e oito ações de formação (mais três ações do que em 2013-2014), acreditadas pelo CCPFC (Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua), para profissionais de educação, do pré-escolar ao ensino secundário. Estas ações obtiveram um financiamento total de 78.178,93 euros, através das verbas dos jogos sociais afetas à igualdade.

No seu conjunto, estas ações correspondem a 1.108 horas de formação, sendo ministradas nas modalidades presencial, *b-learning* ou *e-learning*, a cargo de 19 equipas de formação e envolvendo



38 formadoras/es, pertencendo, na sua maioria, às equipas autoras dos Guiões de Educação, Género e Cidadania.

No que respeita a ações promovidas pela DGE/ME, realizaram-se duas edições da oficina de formação “Educação, Género e Cidadania”, (acreditada junto do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua até 21 de julho de 2017), cujos objetivos eram: a) divulgação dos 4 Guiões de Educação Género e Cidadania, já publicados pela CIG e validados pela DGE; b) promover a sua utilização nas práticas educativas. Esta oficina de formação integrou ainda questões relacionadas com o tema do Tráfico de Seres Humanos da prevenção da Violência de Género (violência no namoro) e da sensibilização à prática da Mutilação Genital Feminina.

Durante o ano de 2015 conclui-se uma edição desta oficina, (iniciada em 2014), e realizou-se uma segunda edição entre set e dez de 2015. Cada uma destas edições envolveu 10 turmas/15 agrupamentos de escolas a nível nacional. Durante a 1ª Edição<sup>2</sup> foram certificados/as 130 docentes (109 mulheres e 21 homens) e na 2ª Edição<sup>3</sup>, ainda em fase final de avaliação, prevendo-se a certificação de 143 docentes (118 mulheres e 25 homens).

Em 2015, estes Guiões, e as iniciativas que, a partir deles, têm vindo a ser desenvolvidas pela CIG, integram o Documento, produzido pelo Conselho da Europa, *Compilation of good practices to promote an education free from gender stereotypes and identifying ways to implement the measures which are included in the Committee of Ministers’ Recommendation on gender mainstreaming in education*, encontrando-se disponível em:

<http://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/equality/05conferences/2014NFPHelsinki/Documents/Compilation%20of%20good%20practices%20to%20promote%20an%20education%20free%20from%20gender%20stereotypes%20REVISED.pdf>

A CIG publicou, em setembro de 2015, dois manuais dirigidos à comunidade educativa:

- “Manual para a educação de infância – crianças expostas à violência doméstica: conhecer e qualificar as respostas na comunidade”<sup>4</sup> - na génese desta publicação, encontra-se o manual

---

<sup>2</sup> Região Norte - Vila Real, Guimarães e Vila Nova de Gaia; Região Centro - Vouzela, Aveiro e Castelo Branco; Região LVT - Amadora e Vialonga; Região Algarve - Faro; Região Alentejo - Alcácer do Sal

<sup>3</sup> Região Norte- Barcelos, Lamego e Resende; Região Centro - Ansião e Covilhã; região LVT - Lisboa, Seixal-Vale de Milhaços, Setúbal e Abrantes; região Alentejo - Elvas

<sup>4</sup> Tiragem de 4 000 exemplares

canadiano *Children exposed to domestic violence: an early childhood educator's handbook to increase understanding and improve community responses*, da autoria da *London Family Court Clinic*. Este manual foi, inicialmente, adaptado à realidade do concelho de Cascais, pelo Fórum Municipal de Cascais contra a Violência Doméstica, e publicado por aquela autarquia, em março de 2007. Recuperando esta publicação, a CIG procedeu à sua atualização, adaptando-a à realidade nacional;

- “Manual para os ensinos básico e secundário – crianças e jovens expostas/os à violência doméstica: conhecer e qualificar respostas na comunidade”<sup>5</sup> – na génese desta publicação encontra-se o manual canadiano *Children exposed to domestic violence: a teacher's handbook to increase understanding and improve community responses*, da autoria da *London Family Court Clinic*. Este manual foi, inicialmente, adaptado à realidade do concelho de Cascais, pelo Fórum Municipal de Cascais contra a Violência Doméstica, e publicado pela respetiva autarquia, em junho de 2009. Recuperando esta publicação, a CIG procedeu à sua atualização, adaptando-a à realidade nacional.

Estas publicações, dirigidas à comunidade educativa, visam, essencialmente, definir linhas de orientação para a intervenção em contexto escolar, junto das crianças e jovens expostos à violência doméstica.

No Agrupamento de Escolas (AE) Pedro Alexandrino, na Póvoa de Santo Adrião, os Guiões de Educação, Género e Cidadania são utilizados como documentos orientadores no desenvolvimento das temáticas do género, diferenças de género e violência no namoro, desenvolvidas no âmbito da disciplina Educação Sexual, que é dada em todo o AE, desde o Pré-Escolar até ao 12.º Ano de Escolaridade, tendo contemplado cerca de 1.100 alunos/as.

- **Medida 16 – Integrar a temática da igualdade de género como um dos eixos estruturantes das orientações para a educação pré-escolar, ensino básico e secundário**

A UMAR promoveu formação contínua para docentes, contando com cerca de 20 participantes em cada uma das formações (Projeto *Artways*).

---

<sup>5</sup> Tiragem de 10 000 exemplares

- **Medida 17 – Incentivar a introdução da temática da igualdade de género na formação pedagógica inicial e contínua de profissionais de educação.**

A UMAR, no âmbito do Projeto *Artways*, promoveu ações de sensibilização dirigidas à comunidade escolar - discentes, docentes, encarregados/as de educação - em escolas da área da grande Lisboa.

- **Medida 18 – Integrar a dimensão da igualdade entre mulheres e homens na organização e funcionamento escolar.**

A UMAR realizou 2 Ações de sensibilização para assistentes operacionais sobre igualdade de género (Agrupamento de Escolas Cego do Maio e Agrupamento de Escolas de Pedrouços).

- **Medida 19 – Introduzir a categoria de Estudos de Género nas linhas de financiamento da FCT, I.P., de apoio à investigação em Portugal.**

Não foi disponibilizada informação pelos Ministérios envolvidos na implementação da medida.

- **Medida 20 – Elaborar um estudo sobre a participação das mulheres nos cursos na área das TIC.**

Esta medida não teve execução no ano de 2015.

- **Medida 21 – Atribuir a distinção «Mulheres criadoras de cultura».**

Esta distinção pretende reconhecer mulheres que se têm notabilizado em vários domínios da produção cultural em Portugal e tem como objetivo garantir uma visibilidade equilibrada entre mulheres e homens, isenta de estereótipos ou de preconceitos.

Foram distinguidas como “Mulheres Criadoras de Cultura”, em 2015:

- Ângela Ferreira, na categoria Artes Plásticas/Fotografia;
- Bárbara Bulhosa, na categoria Livro/Edição;
- Madalena Vitorino, na categoria Teatro/Dança;
- Maria João, na categoria Música;
- Maria João Mayer, na categoria Cinema.

A cerimónia de atribuição da Distinção «Mulheres Criadoras de Cultura» teve lugar no dia 21 de dezembro, na Sala D. Luís do Palácio Nacional da Ajuda, com a presença da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade e da Secretária de Estado da Cultura.

- **Medida 22 – Divulgar informação relativa à promoção da igualdade de género na cultura.**

Procedeu-se à dinamização do «Blogue em Cada Rosto Igualdade», no qual foram efetuadas, durante o ano de 2015, 505 atualizações.

## **2.2 – Saúde**

- **Medida 23 – Realizar ações de sensibilização e de formação sobre igualdade de género em saúde.**

Na sequência de protocolo entre a CIG, DGS, APF e a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, realizou-se o 2º curso de pós-graduação especializada em Mutilação Genital Feminina, em Lisboa, intitulado “Saúde da Mulher – A Mutilação Genital Feminina”. Na sequência de protocolo assinado entre a CIG, DGS, APF e a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal, teve lugar a 1ª edição do mesmo curso em Setúbal, intitulado “Saúde Sexual e Reprodutiva: Mutilação Genital Feminina”. Os cursos tiveram uma duração de 162 horas.

Estes cursos vieram a desenvolver-se entre Janeiro e Junho de 2015, incluindo módulos dedicados à temática da Igualdade de Género e da Violência de Género, no qual foram exploradas as várias formas de violência contra as mulheres, de entre as quais a violência doméstica. No total frequentaram estes cursos 64 profissionais de saúde, médicos/as e enfermeiros/as (60 mulheres e 4 homens) em atividade nalguns dos equipamentos de saúde da área da Grande Lisboa e do distrito de Setúbal, em particular nas áreas geográficas de maior risco de MGF.

Em parceria com a Escola Superior de Saúde de Viseu e o projeto Mundificar, a APEM realizou o Seminário "Acesso das Mulheres Imigrantes à Saúde" (março de 2015). Estiveram presentes mais de 80 profissionais e estudantes da área da saúde, bem como mulheres imigrantes. Ao longo do seminário, foi feito um diagnóstico acerca das dificuldades de acesso à saúde por parte das mulheres imigrantes.

O Ministério da saúde tem promovido a realização de ações que contribuem, simultaneamente, para a prossecução dos objetivos do V PNI, V PNCPVDG e, também, III PNCPTSH. As ações realizadas dizem respeito a formação em sala, de conferências, encontros, seminários e congressos. Por uma questão de oportunidade e de rentabilização de meios, em diversos casos trata-se de “momentos

informativos e formativos” enquadrados em ações de âmbito mais vasto. No total foram realizadas 23 ações, que abrangeram centenas de pessoas, em públicos maioritariamente do sexo feminino.

A APF Alentejo e a APF Centro ministraram cursos dirigidos a profissionais de saúde, em que participaram, respetivamente, 14 mulheres e 1 homem, e 33 mulheres e 1 homem.

A APF Algarve promoveu a realização do Encontro de Profissionais de Saúde sobre o tema “Controvérsias na saúde da mulher, do casal e da criança”. Este encontro pretendeu ser um espaço de diálogo, de reflexão e de troca de experiências sobre as questões da saúde sexual e reprodutiva e da parentalidade. O evento contou com 1 Seminário e 4 *Workshops*, com um total de 100 participantes (30 homens e 70 mulheres), e 6 cursos de preparação para o parto, nascimento e parentalidade positiva, com 48 participantes (24 homens e 24 mulheres).

Igualmente, realizou-se o Seminário do Projeto ECOS - Educação, Conhecimento, Orientação, Saúde, dirigido à população masculina que se prostitui. Co-financiado pelo Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Infecção por VIH – Programa ADIS, o projeto ECOS desenvolveu-se na zona norte do país entre Setembro de 2011 e Agosto de 2015.

- **Medida 24 – Produzir referenciais técnicos sobre igualdade de género em saúde, em matéria de perfis de saúde das mulheres e de saúde dos homens, e de acesso não-discriminatório aos cuidados de saúde.**

O Ministério da Saúde aprovou e difundiu 2 referenciais.

- **Medida 25 – Promover a integração da perspetiva de género no desenvolvimento dos principais programas de saúde no domínio das Doenças Transmissíveis, Doenças não Transmissíveis, Saúde Sexual e Reprodutiva e Violência ao Longo do Ciclo de Vida.**

O Ministério da Saúde integrou a perspetiva de género nos seguintes programas:

- Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil
- Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco
- Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida

De realçar que, sem refletirem, propriamente, uma perspetiva de género, tem sido crescente a publicitação de dados desagregados por sexo em outros dos programas de saúde nacionais.

- **Medida 26 – Assegurar a desagregação por sexo e a análise, sob a perspetiva de género, da informação estatística sobre saúde e dos dados epidemiológicos acerca da população residente em Portugal.**

Foram aprovados 2 diplomas, no Ministério da Saúde, a saber:

- Despacho n.º 9/2015, de 23 de março, do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, sobre desagregação de dados por sexo e emprego de linguagem inclusiva.
- Despacho Interno n.º 04/2015, de 12 de Junho, do Diretor-Geral da Saúde sobre a aplicação do Despacho n.º 9/2015, de 23 de março, do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

### 2.3 – Juventude e Desporto

- **Medida 27 – Promover ações de sensibilização/formação para a igualdade de género e não-discriminação, destinadas a jovens.**

A 3 de março de 2015, a UMAR realizou uma ação de sensibilização sobre “Direitos Humanos e Igualdade de Género”, dirigida a alunos/as da Escola Básica e Secundária Francisco Simões. Estiveram envolvidos/as 18 jovens (14 raparigas e 4 rapazes), entre os 11 e os 13 anos.

A UMAR promoveu sessões formativas com turmas de 30 agrupamentos escolares sobre igualdade de género, junto dos/as jovens, 2 ações de sensibilização para a igualdade e não discriminação, e a realização de duas *live painting performances* em escolas, sob os temas Mulheres e Igualdade e Mulheres e o 25 de Abril, durante as jornadas de abril do Art’themis e em colaboração com o artista plástico Francesco Zavattari. Foram abrangidos/as, em Braga, 66 jovens (24 rapazes e 42 raparigas) e, em Coimbra, 62 (23 rapazes e 39 raparigas).

O projeto «Encontros em Igualdade de Género» (UMAR) promoveu ações de sensibilização, dirigidas a grupos de diferentes faixas etárias (e, no caso das escolas, de níveis de escolaridade diferenciados, do pré-escolar ao 12º ano). As temáticas desenvolvidas incidiram sobre identidades de género e desconstrução de estereótipos (para as/os mais novas/os). A partir da adolescência, as temáticas mais solicitadas foram: violência no namoro, violências de género. Em meio escolar, no contexto de

algumas turmas, foram realizadas adaptações das ações de sensibilização a conteúdos curriculares específicos, fazendo o cruzamento da perspetiva de género com conteúdos disciplinares diversos (nas disciplinas de Português, História, Educação Física, nas turmas do ensino profissional, adaptando a áreas de interesse específico). Foram ainda contempladas adaptações excecionais para uma turma “Programa Integrado de Educação e Formação” (PIEF) .

Foram desenvolvidas 110 ações de sensibilização, com 2.382 jovens abrangidos/as; ações desenvolvidas em escolas, associações e coletividades da região da Grande Lisboa e 20 ações de sensibilização na região de Leiria (505 alunos e 656 alunas). 490 jovens participaram em ações de sensibilização em sala, dos quais 231 rapazes e 259 raparigas. Foram distribuídas, nas escolas, 500 folhas para tabuleiros de refeições com a campanha contra a violência no namoro.

A APF Nacional deu continuidade à colaboração com o IPDJ no serviço de ajuda “Sexualidade em Linha” e no programa “Cuida-te” .

Promoveu-se o projeto “ON\_SEX”, com 2 encontros regionais em Lisboa e Porto, 7 ações de formação com cerca de 90 formandos e um seminário internacional sobre “Jovens e Direitos Sexuais”, com 60 participantes.

A APF Alentejo desenvolveu ações para jovens, incluindo as sessões do Dia da Defesa Nacional - 39 ações no total, com 974 jovens abrangidos/as.

- **Medida 28 – Fomentar nos programas de voluntariado jovem o desempenho de atividades que contrariem os papéis tradicionalmente atribuídos a raparigas e rapazes.**

Não foi disponibilizada informação pelo organismo responsável pela implementação da medida.

- **Medida 29 – Atribuir o Prémio «Jovens pela Igualdade».**

A execução desta medida não se encontrava prevista para 2015.

- **Medida 30 – Promover a participação equilibrada e não-discriminatória de mulheres e homens nas modalidades desportivas tradicionalmente praticadas por um dos sexos.**

Não foi disponibilizada informação pelo organismo responsável pela implementação da medida.

## **2.4 – Inclusão Social e Envelhecimento**

- **Medida 31 – Monitorizar as prestações sociais do subsistema da solidariedade na perspetiva de género.**

Não foi disponibilizada informação pelo ministério responsável pela implementação da medida.

- **Medida 32 – Monitorizar a situação das famílias monoparentais que beneficiem de abono de família, em especial as constituídas por mulheres.**

Não foi disponibilizada informação pelo ministério responsável pela implementação da medida.

- **Medida 33 – Promover ações de prevenção do fenómeno da discriminação de raparigas e mulheres com deficiência.**

Não foi disponibilizada informação pelo ministério responsável pela implementação da medida.

- **Medida 34 – Desenvolver ações de sensibilização e formação que integrem a dimensão de género dirigidas a profissionais que trabalham com populações vulneráveis.**

Realizou-se uma ação de formação, intitulada “Igualdade de Género e Violência de Género”, dirigida a coordenadores/as de zona e responsáveis de gabinete da GEBALIS - Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa, nos dias 3, 9, 10, 17, 24, 25 e 27 de março, com a duração de 39 horas. Esta formação integrou módulos relativos às temáticas da igualdade de género, violência de género, mutilação genital feminina, violência doméstica e tráfico de seres humanos. Esta ação contou com a participação de 25 pessoas (23 mulheres e 2 homens). Esta ação cumpre igualmente a medida 11.

Teve lugar, nos dias 19 e 20 de março de 2015, no auditório da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, a ação de sensibilização “Discriminação e Violência contra as Pessoas LGBT”, promovida pela Associação ILGA, dirigida a profissionais da área da justiça. Esta ação contou com a participação de 23 pessoas (20 mulheres e 3 homens), funcionários/as da DGRSP e da DGPJ.

No dia 25 de novembro de 2015, por ocasião da celebração do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulheres, a CIG participou num Encontro promovido pela Câmara Municipal do Seixal, tendo dinamizado um painel dedicado à problemática da Mutilação Genital Feminina. Este evento integrou ainda a 54.<sup>a</sup> reunião plenária ordinária da Rede Social do Conselho Local de Ação



Social do Seixal, tendo mobilizado um conjunto muito diversificado de participantes. Estiveram presentes cerca de 50 pessoas. Esta ação cumpre igualmente a medida 11.

Realizou-se, no dia 11 de dezembro, uma ação de formação sobre igualdade de género/estereótipos de género, dirigida a técnicos/as do CNAI-Lisboa. Participaram 20 pessoas (14 mulheres e 6 homens).

Ver ainda as atividades descritas na medida 23.

- **Medida 35 – Promover a alfabetização e a capacitação das mulheres imigrantes e das mulheres das comunidades ciganas.**

No âmbito do projeto desenvolvido pela Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens, em parceria com a Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas, cofinanciado pelo Programa Cidadania Ativa EEAGrants, gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian, denominado “Empoderar: do sonho à ação”, que tem como beneficiárias diretas 12 jovens mulheres ciganas, com o objetivo de promover a sua empregabilidade, através de programas de mentoria, desenvolvimento de competências e outras iniciativas de capacitação e empoderamento, a CIG recebeu o grupo, no dia 27 de julho, para uma sessão de esclarecimento sobre a intervenção da CIG, passando pelas diversas vertentes do seu trabalho, incluindo os seus planos estratégicos de ação em diferentes áreas e as suas campanhas de consciencialização anuais.

No âmbito do projeto ROMI, que visa contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades das mulheres de etnia cigana, através do exercício de uma cidadania ativa e, ainda, informar e sensibilizar a sociedade em geral para a realidade desta população, foi realizada uma ação de formação para as mulheres ciganas de novembro de 2014 a março de 2015 - participaram 8 mulheres sendo que destas concluíram 5.

O ACM financiou, no âmbito do Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (FAPE 2015), que tem como objetivo financiar projetos de combate à discriminação das Comunidades Ciganas e dar apoio à sua integração, as seguintes instituições:

- Maêutica, na Maia, que realizou 3 ações, dirigidas a 34 mulheres ciganas, em áreas diversas;
- Centro Abel Varzim, em Barcelos, que realizou 1 ação, dirigida a 50 mulheres ciganas;
- Associação Terras Dentro, em Montemor-o-Novo, que realizou 2 ações, dirigidas a 12 mulheres ciganas sobre moda, alfabetização e reciclagem.

O ACM atribuiu igualmente, no âmbito do FAPE 2015, apoio financeiro à AMUCIP.

- **Medida 36 – Promover o acesso à informação e ao conhecimento por parte das mulheres idosas.**

O município da Lousã realizou duas ações de formação para idosos/as, no âmbito das TIC -“ Internet sem idade”, tendo abrangido 15 pessoas. Este projeto visa aproximar os/as idosos/as das novas tecnologias.

- **Medida 37 – Promover ações de formação de profissionais das forças de segurança e de serviços de ação social para as questões de género e envelhecimento.**

A CIG promoveu a realização de 2 ações de formação sobre “Género e Envelhecimento”, destinadas a técnicas/os de serviço social da Câmara Municipal de Palmela/Rede Social, nas instalações da C.M. Palmela, e a profissionais das forças de segurança – PSP e GNR, nas instalações da PSP, no Porto. Para dar resposta às questões da violência exercida sobre a população idosa, a CIG construiu os módulos da ação de sensibilização GEV - “Género, Envelhecimento e Violência”, tendo realizado, no último trimestre de 2015, três ações dirigidas às forças de segurança: uma ação dirigida às/aos profissionais dos NIAVE/GNR e duas ações dirigidas à PSP.

## **2.5 – Ambiente, ordenamento do território e energia**

- **Medida 38 – Criar condições de financiamento orientadas para as mulheres nos programas de apoio na área do ambiente, ordenamento do território, urbanismo e energia, e promover uma maior utilização dos incentivos por parte das mulheres.**

Não foi disponibilizada informação pelo ministério responsável pela implementação da medida.

- **Medida 39 – Promover estudos sobre a relação género-energia e género-ambiente, em particular nas temáticas das alterações climáticas e gestão eficiente dos recursos.**

Não foi disponibilizada informação pelo ministério responsável pela implementação da medida.

- **Medida 40 – Promover o *mainstreaming* da igualdade de género nas políticas, planos e programas de ambiente, ordenamento do território e energia promovidos pelo MAOTE, identificando oportunidades e as medidas *win-win* que promovam a igualdade de género e de oportunidades, a proteção do ambiente e o crescimento económico.**

Não foi disponibilizada informação pelo ministério responsável pela implementação da medida.

### **Área Estratégica 3 - Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal**

- **Medida 41 – Reforçar junto das empresas do sector privado a implementação de planos de igualdade.**

Um dos objetivos desta medida é a realização de um inquérito às empresas do sector privado, para apurar o número de planos empresariais para a igualdade implementados. Para tal, a CIG elaborou o modelo de inquérito e um ofício, apresentados à equipa interministerial do Ministério da Economia para validação. O inquérito esteve *online* no Portal de Igualdade para levantamento dos dados reportados ao ano de 2014. O Ministério da Economia fez o contacto com as associações empresariais e selecionou aquelas com mais associados (AEP e AIP). A CIG procedeu ao tratamento dos dados estatísticos e elaborou o Relatório, em Setembro de 2015, concluindo-se que, das 21 empresas que responderam, nenhuma declarou ter plano para a igualdade implementado.

- **Medida 42 – Monitorizar a aplicação do regime jurídico do sector empresarial do Estado, no que se refere à implementação de planos para a igualdade e à representação de mulheres nos conselhos de administração.**

O Ministério das Finanças (GPEAR) elaborou o relatório previsto nesta medida: Cumprimento do Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado (Relatório Anual 2014), publicado em março de 2015. De acordo com este Relatório, num universo elegível de 219 empresas com recursos humanos próprios, em 31 de dezembro de 2014, 50 empresas tinham planos para a igualdade; quanto à representação de mulheres nos conselhos de administração das empresas do setor empresarial do Estado, era de 25,2%.

A CIG colaborou na execução desta medida, promovendo formação para a implementação de planos para a igualdade nas empresas do sector empresarial do Estado.

- **Medida 43 – Considerar como critério de desempate na seleção de projetos de empresas concorrentes a fundos da política de coesão a representatividade de mulheres nos conselhos de administração dessas empresas.**

A medida foi cumprida em 2014, com a publicação da norma do nº 3 do artigo 17º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, o qual estabelece as regras gerais dos FEEI (fundos europeus estruturais e de investimento).

- **Medida 44 – Promover o empreendedorismo feminino, incluindo o qualificado, nomeadamente através dos incentivos à criação de empresas, de outros instrumentos financeiros e de ações coletivas.**

A CIG foi um dos parceiros estratégicos do projeto UAW – United at Work (Promover o Empreendedorismo Intergeracional), promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Dos 40 projetos na área da intergeracionalidade, 23 são liderados por homens e 17 liderados por mulheres, abrangendo sectores de atividades nas áreas da cultura, da saúde e do património..

No período de 30 de abril a 10 de junho de 2015, decorreu a divulgação da 2ª edição do Programa de Empreendedorismo Social. A CIG fez parte da comissão técnica de análise das candidaturas a este Programa. Dos 50 projetos apresentados, foram selecionados e validados 21 liderados por mulheres, nos sectores de atividades dos serviços, cultura e saúde.

No que respeita ao acompanhamento do Programa Nacional de Microcrédito, em 2015, foram validados, pela CASES, 196 projetos, posteriormente submetidos a entidades bancárias, representando um investimento no valor de 3.201.471 euros e permitindo criar 333 postos de trabalho (investimento médio por posto de trabalho criado no valor de 9.892 euros). Foram abrangidas 68 mulheres, que beneficiaram de microcrédito, no âmbito do protocolo assinado entre a CIG e a CASES.

A CIG, enquanto entidade coordenadora do Grupo de Trabalho de Empreendedorismo Responsável da REDE RSO PT, elaborou, com os 25 parceiros, o “Guião do Curso de Empreendedorismo e Organização Empresarial Responsáveis”, tendo promovido uma sessão pública na Universidade Aberta para a sua apresentação. Em abril de 2015, a CIG estabeleceu um protocolo de cooperação institucional com a Universidade Aberta, o CECOIA, a Tree-Institute e a Fundação AIP, com o objetivo de implementar o Curso de “Empreendedorismo e Organização Empresarial Responsáveis”, formação de 52 horas, em sistema de *b-learning*. Em 2015, decorreram duas edições deste curso, com 50 participantes em cada edição).

Nos termos do Acordo de Parceria 2014-2020 (Portugal 2020), celebrado entre Portugal e a Comissão Europeia, a dimensão da igualdade de género está integrada transversalmente em todos os programas operacionais. Mais especificamente, o Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e os Programas Operacionais Regionais de Lisboa e do Algarve, no seu Eixo 1, Objetivo temático 8 (promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores), incluem, entre outras, tipologias de operações destinadas ao apoio técnico à elaboração, monitorização da execução e avaliação dos planos para a igualdade e ao apoio à capacitação e

constituição de empresas por mulheres. Existem ainda financiamentos disponíveis no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, que prevê uma majoração no apoio a projetos de empreendedorismo qualificado e criativo, quando estes projetos resultarem de empreendedorismo feminino.

A CIG faz parte das Comissões de Acompanhamento dos vários Programas Operacionais do Portugal 2020.

- **Medida 45 – Promover o associativismo e o empreendedorismo das mulheres agricultoras.**

As organizações não-governamentais representativas do sector agrícola, envolvidas na execução desta medida, são a Confederação de Agricultores de Portugal (CAP), a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), a Confederação Nacional de Cooperativas Agrícolas de Portugal (CONFAGRI) e a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP).

As associações pertencentes a cada confederação, sob a sua coordenação, deverão promover as seguintes atividades: levantamento do número de agricultoras associadas; ações de divulgação/sensibilização (ações de formação sobre empreendedorismo e outras).

Estima-se que a CAP, que conta com 238 Organizações de Agricultores associadas, represente em Portugal, indiretamente, através dessas mesmas organizações, cerca de 50 000 produtoras agrícolas.

Através dos Protocolos celebrados com o ex-MAM, a CAP coordena, forma e apoia as 293 organizações que assinaram protocolos para elaboração das candidaturas ao Regime de Pagamento Único (RPU) e também ao Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA). Neste âmbito, não foi possível indicar a quota-parte de representação feminina, contudo esta foi abrangida por estas iniciativas. Já a nível de formação individualizada, nas 227 ações realizadas, os formandos abrangidos foram 155 homens e 72 mulheres.

Quanto à CONFAGRI, o valor médio da percentagem de mulheres associadas em cooperativas agrícolas no seu âmbito é de 25,48%. No que se refere à representação de mulheres em diferentes áreas nas suas cooperativas, verifica-se que mais de metade do pessoal associado à Área de Apoio Técnico é do sexo feminino, facto comprovado através da sua presença nas ações de informação desenvolvidas.

No que respeita ao Empreendedorismo – Ações de divulgação e sensibilização em temáticas agrícolas relevantes, a CONFAGRI realizou, durante o ano de 2015, 160 ações de informação e

empreendedorismo, sobre vários temas, como Ajudas FEAGA, Condicionalidade, PAC, Apoios Financeiros etc., tendo como público-alvo, agricultor(a)s, técnicos(as) e dirigentes, tendo-se verificado que, em termos globais, cerca de 25% da assistência era constituída por mulheres.

Quanto à AJAP, contabiliza 1025 mulheres associadas. Durante o ano de 2015, a AJAP promoveu e esteve presente em diversos Seminários e *Workshops*, destacando-se o seminário “A Mulher na Agricultura e no Desenvolvimento Rural Sustentável”.

- **Medida 46 – Avaliar a evolução das diferenciações salariais entre mulheres e homens em Portugal, por ramos de atividade.**

Não executada.

- **Medida 47 – Promover ações de sensibilização e divulgação da dimensão da igualdade de género, no sentido da sua integração nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho.**

No âmbito desta medida, a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) assegurou a sessão “Igualdade do Género e Conciliação no Trabalho, Vida Familiar e Pessoal”, que teve lugar a 30 de novembro, no Anfiteatro do MDN, dirigida a 22 formandos (5 homens e 17 mulheres).

De realçar a elaboração, pela CITE, de um Guia informativo/ Documento técnico sobre redação de cláusulas de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho numa perspetiva de igualdade e não discriminação de género.

A CITE promoveu ainda a realização de ações de formação/ sensibilização em igualdade de género no trabalho e no emprego, proteção da parentalidade e conciliação trabalho-família-vida pessoal para negociadores/as coletivos e parceiros sociais em geral. O objetivo consistiu em habilitar os/as formandos/as a proceder à integração transversal da dimensão de género nos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT), bem como noutras medidas e ações, no exercício da sua atividade e das atividades da entidade, onde exerce funções. Foram realizadas 3 ações, num total de 22 horas, envolvendo 126 pessoas.

- **Medida 48 – Divulgar os instrumentos de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.**

No âmbito das suas atribuições, a CIG ministrou as seguintes ações, em matéria de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal:

- No Departamento de Mulheres Socialistas, da FAUL, no dia 18 de abril de 2015: estiveram presentes mais de 25 participantes de ambos os sexos;
- No âmbito da unidade curricular de Ética e Responsabilidade Social da Licenciatura em Gestão, do ISCAL, no dia 5 de maio de 2015: estiveram presentes mais de 50 alunos/as;
- Na Câmara Municipal do Seixal, no dia 8 de junho de 2015: estiveram presentes cerca de 70 participantes;
- No Fórum promovido pela Câmara Municipal da Horta, no dia 23 de outubro de 2015: estiveram presentes mais de 100 pessoas.

A CIG participou na Comissão Técnica 179: Organizações Familiarmente Responsáveis – CT 179 e contribuiu com conteúdos para o novo sistema de gestão sobre a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal (Norma de Certificação), que possibilite a certificação das empresas e entidades empregadoras.

A CITE realizou 29 ações de formação, sensibilização, workshops e de informação, envolvendo cerca de 300 pessoas, para promoção da conciliação trabalho-família e uso de licenças parentais, com especial foco nos homens.

- **Medida 49 – Distinguir boas práticas no âmbito da responsabilidade social das empresas.**

Decorreu, no dia 15 de junho, a cerimónia pública de atribuição da 11ª Edição/2014 do Prémio Igualdade é Qualidade, que teve lugar na Culturgest, em Lisboa. As entidades premiadas, a título de Menção Honrosa, foram: categoria do setor público – GEBALIS, Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa, E.M.,S.A.; categoria do setor privado – AUCHAN Portugal Hipermercados, S.A. e categoria do setor de economia social – Associação DIANOVA Portugal. O número de empresas e entidades empregadoras que se candidataram ao prémio foram 19.

Foi concluído o Guião de boas práticas para a prevenção e combate à violência doméstica e de género, destinado às empresas, por parte do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Foi alvo de análise por parte da CIG e da Direção-geral das Atividades



Económicas. Este instrumento está organizado em três cadernos independentes: Violência doméstica e de género e entidades empregadoras: conhecer para agir; Guião de boas práticas para a prevenção e combate da violência doméstica e de género, destinado às empresas e Recomendações para a prevenção e combate da violência doméstica e de género nas empresas.

#### Área Estratégica 4 - Orientação Sexual e Identidade de Género

- **Medida 50 – Sensibilizar a população para a não-discriminação em função da orientação sexual e identidade de género.**

No dia 15 de maio, a CIG organizou um evento para assinalar o Dia Internacional de Luta contra a Homofobia e Transfobia, sob o tema “Crimes de Ódio contra pessoas LGBT”, no Espaço Atmosfera M.

No âmbito do Projeto *Artways*, a UMAR e a ILGA Portugal realizaram 3 ações em escolas para sensibilizar jovens para a não-discriminação em função da orientação sexual e identidade de género, tendo sido abrangidas 80 pessoas (35 homens e 45 mulheres).

- **Medida 51 – Realizar campanhas de sensibilização contra a discriminação em função da orientação sexual e identidade de género.**

No mês de julho, foi lançada, pela CIG, a 2ª campanha nacional contra a homofobia e transfobia, sob o lema ‘Não lhes feche a porta’<sup>6</sup>, que teve por objetivo sensibilizar a população em geral e, particularmente, as famílias, para a violência que é exercida sobre muitas pessoas jovens, em muitos casos dentro de um círculo muito próximo, em virtude da sua orientação sexual ou identidade de género.

- **Medida 52 – Sensibilizar profissionais e especialistas de áreas estratégicas para as questões da orientação sexual e identidade de género.**

A CIG, em parceria com a ILGA Portugal, realizou as seguintes ações de sensibilização sobre “Discriminação e Violência contra as Pessoas LGBT”:

- Forças de Segurança (PSP e GNR), no Porto, 28 de janeiro – 29 participantes (22 homens e 7 mulheres);
- Profissionais de Saúde em Lisboa, na Direção-Geral de Saúde, 5 e 6 março – 18 participantes (3 homens e 15 mulheres);

---

<sup>6</sup> [www.naolhesfecheaporta.pt](http://www.naolhesfecheaporta.pt)

- Profissionais da área da justiça, da DGRSP e da DGPJ, no auditório da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, nos dias 19 e 20 de março de 2015 – 23 participantes (20 mulheres e 3 homens).

Foi concluído o Guia de Boas Práticas no Apoio a Vítimas LGBT, para Profissionais de Estruturas de Apoio a Vítimas, e o Referencial de Formação sobre Violência Doméstica entre pessoas do mesmo sexo, destinada aos profissionais que intervêm junto desta população.

Foram ainda desenvolvidas as seguintes atividades:

- 4 ações de formação (21 Horas/cada), em Lisboa (maio), Coimbra (maio), Évora (junho) e Porto (junho), sobre esta temática. Profissionais abrangidos/as: 104;
- Seminário Jurídico sobre Livre Circulação de Famílias Arco-Íris, em Lisboa, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a 21 de março;
- Ação de sensibilização para estudantes de serviço social da Bélgica, em Lisboa, a 27 de março, no Centro LGBT, 26 pessoas;
- Ação de sensibilização internacional com profissionais de educação em Lisboa, na Amnistia Internacional, a 1 de abril, 25 pessoas;
- Ação de formação *online* para membros de Forças de Segurança da União Europeia, através da CEPOL, a 20 de maio;
- Ação de sensibilização para profissionais de saúde da ARS Alentejo, em Évora, a 28 de maio, 10 pessoas (3 homens e 7 mulheres);
- Ação de sensibilização internacional para profissionais de educação, em Lisboa, a 12 de junho, 15 pessoas;
- Participação no evento internacional sobre educação organizado pela ILGA-Europe, em Lisboa, a 25 e 26 de junho;
- Ação de sensibilização para profissionais da CPCJ do Barreiro, a 21 de julho;
- Ação de sensibilização internacional para profissionais de educação e serviço social, em Lisboa, a 26 de outubro.

- **Medida 53 – Promover a elaboração de um estudo sobre crimes de ódio motivados por questões de orientação sexual e identidade de género.**

A Agência de Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) criou um grupo de trabalho destinado exclusivamente ao combate aos crimes de ódio, em especial no que diz respeito:

- Ao registo e análise estatística dos crimes de ódio;
- Ao levantamento de boas práticas policiais, judiciárias, ONG's e outras;
- À recolha de contributos para uma eventual e futura definição comum do crime de ódio.

Portugal esteve representado na primeira reunião desse grupo de trabalho (em novembro de 2014), pelo ponto nacional de contacto na Agência Europeia de Direitos Fundamentais. Em março de 2015, teve lugar um *workshop*, promovido pelo Reino Unido, para a partilha de boas práticas, tendo a segunda reunião deste grupo, realizada em Riga, no dia 30 de março, contado já com a participação da DGPJ. Nos dias 23 e 24 de novembro de 2015, teve ainda lugar uma reunião no Luxemburgo, na qual foram estabilizadas as 3 principais áreas no domínio do reporte e registo de dados.

Verificando-se que o referido grupo de trabalho tem uma natureza predominantemente técnica e multidisciplinar, houve necessidade de criar um grupo de trabalho interno, composto por representantes dos serviços/Ministérios com intervenção neste domínio, com vista a preparar as reuniões do GT "Hate Crime" e a preparar respostas a questionários e outros contributos, no âmbito da formação policial e do fornecimento de dados estatísticos sobre este tipo de crime.

Fazem parte deste grupo um representante da PJ, um representante da GNR e outro da PSP, um elemento do ACM (Alto Comissariado para as Migrações), dois representantes da DGPJ, um representante da PGR, além do ponto de contacto da FRA em Portugal.

Na primeira reunião do GT interno, a coordenação dos trabalhos passou para a esfera do Ministério da Justiça, a pedido do ponto de contacto da FRA em Portugal, e com a concordância de todos/as os/as participantes, dada a sua natureza predominantemente técnica no domínio do direito penal e levantamento estatístico.

- **Medida 54 – Implementar e monitorizar a aplicação das orientações internacionais em matéria de combate à discriminação em razão da orientação sexual e da identidade de género.**

Através das nossas Embaixadas em países fora da UE, Portugal acompanhou e participou na aplicação das Diretrizes de Ação Externa da UE em defesa dos Direitos das Pessoas LGBTI.

Em 2015, Portugal enviou vários contributos/relatórios para organizações internacionais, dando conta do cumprimento das orientações internacionais em matéria de combate à discriminação em razão da orientação sexual e identidade de género.

Foi enviado, ao Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos, um relatório sobre a aplicação da resolução do Conselho de Direitos Humanos 27/32 “Human rights, sexual orientation and gender identity” e, ao Secretariado Geral das Nações Unidas, um relatório relativo à aplicação da Resolução 69/158 da Assembleia Geral das NU. Portugal respondeu ainda a dois questionários neste domínio, levados a cabo pela Agência dos Direitos Fundamentais da UE.

### Área Estratégica 5 – Organizações não-governamentais

- **Medida 55 – Apoiar as ONG na realização de projetos e de ações de formação específicas que promovam a igualdade de género, a cidadania e a não-discriminação.**

Nos termos do Decreto-Lei n.º 246/98, de 11 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 37/99, de 26 de maio, compete ao Estado prestar apoio técnico e financeiro às Associações Não-Governamentais de Mulheres – ONGM. Em 2015 a CIG atribuiu o valor de € 92.685,91, a treze ONGM.

De salientar que, durante 2015, a CIG, bem como outras entidades públicas, participaram em ações promovidas por ONG em matéria de igualdade de género, cidadania e não-discriminação.

- **Medida 56 – Cooperar com as ONG na promoção da igualdade de género, cidadania e não-discriminação.**

A CIG, com recurso às verbas dos Jogos Sociais, e por forma a dar resposta às zonas do país que tinham ficado, no âmbito do QREN/POPH sem cobertura, em termos de capacitação de Técnicos/as de Apoio à Vítima, contratualizou, com ONG, as seguintes formações:

- 2 ações ministradas pela UMAR, no Distrito de Setúbal, abrangendo 30 profissionais;
- 1 ação ministrada pela UMAR, no Distrito de Viana do Castelo, para 15 profissionais;
- 5 ações ministradas pela AMCV (três no distrito de Lisboa, uma no distrito de Setúbal, uma no distrito de Leiria), abrangendo, aproximadamente, 75 profissionais;
- 2 ações de formação ministradas pela Tribexpert – Centro de Investigação Científica e Forense (uma no distrito de Braga, uma no distrito de Viseu), abrangendo 30 profissionais.

Total aproximado: 150 profissionais.

- **Medida 57 – Promover a utilização de materiais produzidos no âmbito de projetos desenvolvidos pelas ONG, promotores de igualdade de género.**

O Centro de Informação e Documentação da CIG criou uma coleção especial (acessível através do Repositório Igualdade de Género e na Biblioteca Madalena Barbosa) que reúne, preserva e disponibiliza recursos de informação promotores da igualdade produzidos por ONG portuguesas. Número de materiais utilizados e disponibilizados foi de 168.

## Área Estratégica 6 - Comunicação Social

- **Medida 58 – Sensibilizar os (as) profissionais e estudantes de ciências da comunicação para a importância da produção de conteúdos mediáticos sobre o tema da igualdade de género e não-discriminação.**

No âmbito de um protocolo estabelecido com a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal (ESE/IPS), inscreveu-se a temática das representações de género nos *media*, nas unidades curriculares de Ética e Deontologia Profissional e Retórica e Argumentação, que foram frequentadas cada uma por 40 estudantes (2 horas).

No primeiro semestre do ano letivo de 2015-2016 e no âmbito da unidade curricular de Ética e Deontologia Profissional (3º ano), foram dados aos/às alunos/as alguns temas para que desenvolvessem trabalhos de grupo, entre os quais a Igualdade de Género. Foram produzidos 3 trabalhos, que abordaram questões relacionadas com a igualdade de género e com os refugiados.

Um grupo de 3 estudantes (sexo feminino) abordou a violência no namoro, tendo inquirido 50 estudantes da Escola Superior de Educação de diferentes cursos. Por último, um terceiro grupo de 4 estudantes (sexo feminino) abordou a publicidade nas televisões, com referência aos estereótipos. Outros/as estudantes do 2º ano (Retórica e Argumentação) fizeram trabalhos individuais sobre violência doméstica e refugiados.

A ESE/IPS, no último trimestre de 2015, deu início à preparação da 4ª Semana da Comunicação Social, a ter lugar em Abril de 2016, no âmbito da qual ocorrerá uma conferência intitulada “Mulheres e Media”. Esta conferência incidirá fundamentalmente sobre as temáticas da desigualdade de género em contextos de trabalho e, em particular, nas próprias redações. A CIG associar-se-á a 4ª Semana da Comunicação Social, na qualidade de parceiro institucional.

Em dezembro de 2015, foi atribuído o Prémio Paridade: Homens e Mulheres na Comunicação Social à jornalista Susana Bento Ramos, pela reportagem «Emma Watson», apresentada na TVI, no Jornal das 20h, no dia 2 de outubro de 2014.

- **Medida 59 – Monitorizar, de forma permanente e sistemática, os conteúdos mediáticos (jornalísticos e publicitários) identificando mensagens sexistas e estereotipadas.**

A ERC produziu um relatório, no qual faz constar informação obtida através de análise: 1) da informação diária televisiva em 2014<sup>7</sup> (dos blocos informativos de horário nobre dos operadores público e privados que emitem em sinal aberto; 2) da informação televisiva diária e não diária de um conjunto de canais televisivos (programas de informação, debate, entrevista e comentário político), bem como ainda 3) das queixas que deram entrada na ERC no mesmo ano.

A CIG deu contributos para a definição de indicadores, que servirão de base a um estudo sobre a mediatização da violência doméstica e de género na informação diária televisiva, a iniciar em breve pela ERC, o qual produzirá resultados que enriquecerão o relatório seguinte.

A CIG convidou a UMAR/Observatório das Mulheres Assassinadas a colaborar com a ERC, contribuindo para o debate e definição de indicadores.

- **Medida 60 – Criar, em parceria com empresas de comunicação social, o conteúdo de um programa televisivo sobre igualdade de género e não-discriminação.**

Têm sido pedidos contributos à CIG para temas e conteúdos para o magazine "Sociedade Civil", com emissão diária de 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> feira na RTP2 e RTP Internacional.

Refere-se ainda a participação de duas técnicas do Projeto *Artways* (UMAR), falando sobre igualdade de género e violência no namoro, no programa "Queridas Manhãs", da SIC.

- **Medida 61 - Celebrar protocolos com instituições de ensino superior que ministram cursos de ciências da comunicação e de jornalismo.**

Celebrou-se um protocolo entre a CIG e a Universidade da Beira Interior (UBI), prevendo especificamente o desenvolvimento de intervenções relacionadas com a problemática do género e não-discriminação no curso de Comunicação, Jornalismo e Marketing, dirigidas a alunos/as e docentes dos referidos cursos, bem como ainda a profissionais de comunicação da UBI. Este protocolo foi assinado a 30 de setembro de 2015.

---

<sup>7</sup> A análise de 2015 decorre em 2016.



Iniciaram-se, em 2015, procedimentos com vista à assinatura de um Protocolo entre a CIG e a Universidade do Minho (Instituto de Ciências Sociais e Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade), com vista à introdução da temática da igualdade de género e não-discriminação nos cursos de licenciatura e mestrado em Ciências da Comunicação, bem como o desenvolvimento de intervenções várias relacionadas com a problemática da igualdade de género nos meios de comunicação social, dirigidas a docentes e discentes.

## Área Estratégica 7 – Cooperação

### 7.1 – Relações Internacionais – Cooperação bilateral e multilateral

- **Medida 62 – Contribuir para a consolidação das políticas de igualdade da União Europeia e das adotadas noutras organizações internacionais.**

Relativamente a esta medida, o MNE referiu as atividades seguintes.

#### - No quadro da União Europeia:

##### Questões Sociais

- i) ao nível técnico, no Grupo Questões Sociais; e
- ii) ao nível político, no Conselho Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores (EPSCO).

Em termos de atividade legislativa, importa destacar o acompanhamento da discussão da proposta de Diretiva relativa à melhoria do equilíbrio entre homens e mulheres nos cargos de administração de empresas cotadas em bolsa e a outras medidas conexas (Diretiva Quotas). Esta proposta tem como objetivo combater o problema da sub-representação feminina, ao mais alto nível do processo de tomada de decisões económicas. Não obstante o debate político promovido no Conselho EPSCO de dezembro de 2015, não foi ainda possível ultrapassar as reservas colocadas por alguns EM, quer acerca da meta proposta, quer acerca da data proposta para entrada em vigor da diretiva. Portugal tem dado o seu apoio genérico aos princípios e objetivos desta proposta.

Quanto à proposta de Diretiva que aplica o princípio de igualdade de tratamento entre as pessoas, independentemente da sua religião, crença, deficiência, idade ou orientação sexual, e que se encontra em discussão desde 2008, a discussão levada a cabo não permitiu concluir as negociações. Recordar-se que a base jurídica desta proposta implica unanimidade na votação.

De referir ainda que a proposta de Diretiva que altera a Diretiva 92/85/CEE do Conselho, relativa à implementação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes no trabalho (Diretiva Maternidade), foi, durante este ano, retirada da mesa negocial. Aguarda-se, sem prazo previsto, nova proposta da Comissão.

Relativamente à atividade não-legislativa no Conselho EPSCO, importa destacar a adoção, em 2015, das propostas de Conclusões relativas à promoção da igualdade de oportunidades de obtenção de rendimentos entre homens e mulheres, tendo em vista eliminar a disparidade de género nas pensões e à igualdade entre mulheres e homens no domínio da tomada de decisões. Portugal apoiou genericamente a adoção de ambas as propostas de Conclusões.

Importa realçar que Portugal subscreveu uma carta que foi enviada à Comissão Europeia, por iniciativa da Presidência Letã, defendendo a autonomia de uma nova Estratégia para a Igualdade entre Mulheres e Homens 2016-2020.

Ainda no âmbito UE, e no quadro da cooperação para o desenvolvimento, Portugal acompanhou o Grupo de Peritos de Género da Comissão Europeia, que definiu e preparou o novo Plano de Ação de Género 2016-2020, bem como participou na definição das posições da UE para a negociação da agenda 2030 nas questões de género.

No âmbito do COHOM (Grupo de Trabalho do Conselho para os Direitos Humanos a nível da Ação Externa da UE), Portugal defendeu que, a nível da ação externa da EU, fosse dada prioridade a todas as iniciativas relativas à promoção da igualdade de género e ao combate da violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica. Os direitos das mulheres, a igualdade de género e o empoderamento das mulheres constituíram, paralelamente, temáticas prioritárias da ação externa da UE nos *fora* internacionais de direitos humanos para o ano de 2015, bem como a luta contra todas as formas de violência contra as mulheres, incluindo violência sexual em situações de conflito, erradicação da mutilação genital feminina e casamentos de crianças, precoces e forçados.

A CIG teve participação nos seguintes eventos:

Reunião de Alto Nível para o *Mainstreaming* de Género, que decorreu em janeiro de 2015, na Letónia, e em Setembro, no Luxemburgo;

Reunião promovida pelo Centro de Recursos e Documentação do EIGE (24-25 fevereiro, Bruxelas), no quadro do protocolo de cooperação firmado entre a CIG e o EIGE;

Forum sobre “O futuro da igualdade de género”, promovido pela Comissão Europeia, que teve lugar em Bruxelas, nos dias 20 e 21 de abril.

Reunião do *Advisory Committee on Equal Opportunities for Women and Men*, que se realizou no dia 27 de novembro, em Bruxelas;

Conferência “The Charter of Fundamental Rights of the EU”, organizada pela Comissão Europeia, que se realizou nos dias 17 e 18 de dezembro, em Bruxelas.

**- No quadro das Nações Unidas:**

**Defesa dos 8.º e 9.º Relatórios de aplicação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)**

Em sequência do envio do Relatório, foi marcado o exame de Portugal perante o Comité CEDAW para a sua 62ª sessão, que decorreu de 26 de outubro a 20 de novembro. No dia 15 de junho, havia sido transmitida ao Comité CEDAW a resposta nacional à *List of Issues*, que aquele Comité enviou a Portugal, no âmbito da defesa do 8º e 9º Relatórios.

Esta resposta, bem como o documento contendo os respetivos anexos, foi elaborada no âmbito da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH). Contribuíram para a sua preparação os Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Administração Interna, da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, da Justiça, da Educação e Ciência, da Saúde, da Agricultura e do Mar, bem como a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, o Alto Comissariado para as Migrações, o Instituto Nacional de Estatística e o Provedor de Justiça. Contou-se, ainda, com a colaboração da Região Autónoma dos Açores.

A coordenação no seio da CNDH permitiu, uma vez mais, o envio atempado da resposta nacional ao Comité CEDAW.

O Exame de Portugal decorreu no dia 28 de outubro. A delegação nacional foi chefiada pelo Embaixador Nuno Bártolo, que fez o discurso inicial, e pela Presidente da CIG, Fátima Duarte, e era composta por 19 membros, dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, das Finanças, da Administração Interna, da Justiça, da Agricultura e do Mar, da Saúde, da Solidariedade, Emprego, e Segurança Social, da Educação e Ciência, bem como da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, da Região Autónoma da Madeira e do Alto Comissariado para as Migrações.

## **Conselho de Direitos Humanos (CDH)**

Ao longo de 2015, nas sessões de março, junho e setembro, enquanto membro do CDH, Portugal (MNE, em estreita articulação com a CIG) apoiou todas as iniciativas relativas à promoção da igualdade de género e ao combate à violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica.

Portugal copatrocinou as seguintes Resoluções neste âmbito:

- Resolução sobre Eliminação da discriminação contra as mulheres (A/HRC/29/L.7), adotada por consenso, com o copatrocínio de 27 EM, incluindo Portugal;
- Resolução sobre o fortalecimento dos esforços para prevenir e eliminar os casamentos de crianças, precoces e forçados (A/HRC/29/L.15), adotada por consenso com o copatrocínio de 27 EM, incluindo Portugal;
- Resolução sobre a aceleração de esforços para eliminar a violência contra as mulheres: eliminação da violência doméstica (A/HRC/29/16), copatrocinada por todos os Estados-membros da UE.

No âmbito das três sessões do Exame Periódico Universal (UPR) no CDH (sessões de janeiro/fevereiro, abril/maio e outubro/novembro), Portugal privilegiou a apresentação de recomendações aos países examinados sobre as questões referentes à igualdade de género, prevenção e eliminação da violência contra mulheres, à criação de Planos Nacionais de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança, segundo a Resolução do Conselho de Segurança n.º 1325 e à ratificação, sem reservas, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e do respetivo Protocolo Opcional.

## **ECOSOC – 59ª sessão da Comissão do Estatuto da Mulher (março) (CSW)**

Portugal participou ativamente nesta sessão da CSW, procurando dar destaque à promoção da igualdade de género e ao combate à violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica. Esta participação traduziu-se, designadamente:

- Na organização *do side event* “Violence against women and their children: integrated responses to its prevention and elimination”, com a presença da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade (SEAPI);
- No copatrocínio, por Portugal, de um evento de Alto Nível sobre “Igualdade de Género nas Leis da Nacionalidade”, organizado pelos EUA, em cooperação com o ACNUR, ACDH e UN-Women;

- Na participação da SEAPI no *side event* “Homens e rapazes na violência contra as mulheres”, organizada pela Itália;
- No envolvimento ativo de Portugal nas negociações da Declaração UE proferida na 59ª CSW.

### **70.ª Assembleia Geral (AGNU)**

Portugal contribuiu ativamente para a preparação dos Compromissos da União Europeia para a Reunião de Líderes Globais sobre Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres, que teve lugar no dia 27 de setembro, em Nova Iorque.

Na 3.ª Comissão (outubro/novembro), Portugal apoiou as iniciativas relativas à promoção da igualdade de género e do combate à violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica, copatrocinando as seguintes resoluções:

- Resolução sobre violência contra mulheres migrantes (A/C.3/70);
- Resolução sobre a Convenção contra a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (A/C.3/70/L.22);
- Resolução sobre a melhoria da situação das mulheres nas áreas rurais (A/C.3/70/L.24).

### **Conselho de Segurança**

Por ocasião do 15º aniversário da aprovação da RCSNU 1325, Portugal participou no Debate do CSNU sobre Mulheres, Paz e Segurança (13 de outubro).

No âmbito do processo de negociação intergovernamental, quer da Cimeira de Nova Iorque (que adotou a nova Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS), quer da III Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento (FfD), Portugal foi um dos Estados membros que defendeu a integração das questões do género e do empoderamento das mulheres e das raparigas nos documentos finais. Assim, para além da transversalidade do tema em toda a nova agenda do desenvolvimento, existe um objetivo especificamente dedicado ao Género (ODS 5), assim como a transversalidade da temática nos meios de implementação da agenda.

**- No quadro do Conselho da Europa:**

Portugal promoveu a eleição de um membro português para o GREVIO (Grupo que acompanha a aplicação da Convenção de Istambul). Em maio e dezembro de 2015, a CIG participou nas 1ª e 2ª reuniões do Comité de Partes à Convenção de Istambul.

Portugal participou igualmente na 3ª reunião dos Pontos Focais Nacionais, que decorreu a 15 e 16 de outubro, em Berna. De salientar que Portugal foi um dos países escolhidos para apresentação de boas práticas nacionais no acesso das mulheres à Justiça, por ocasião da conferência “Towards Guaranteeing Equal Access of Women to Justice”.

A Presidente da CIG participou, enquanto representante nacional, nas 3ª e 4ª reuniões, que tiveram lugar em maio e dezembro, respetivamente, do *European Committee for Social Cohesion, Human Dignity and Equality* (CDDECS).

**- No quadro da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE):**

No âmbito da Reunião de Aplicação da Dimensão Humana da OSCE – a principal reunião anual da Organização nas áreas de Direitos Humanos e Estado de Direito –, que teve lugar entre os dias 21 de setembro e 2 de outubro de 2015, em Varsóvia, Portugal contribuiu ativamente para os trabalhos, nomeadamente na sessão dedicada ao tráfico de seres humanos, onde deu conta dos progressos registados naquela área e apresentou o sistema de monitorização desenvolvido pelo Observatório do Tráfico de Seres Humanos. Assumiu ainda a função de relator na sessão dedicada às Instituições Democráticas;

No Conselho Ministerial de Belgrado (3 e 4 de dezembro de 2015), Portugal, no âmbito da UE, foi um ativo defensor do projeto de Decisão Ministerial sobre “Adenda ao Plano de Ação da OSCE de 2004 para a Promoção da Igualdade de Género”, que visa permitir o aperfeiçoamento do principal documento que guia a política de igualdade de género da Organização e dos seus 57 Estados participantes; contribuiu ainda ativamente na construção de posições comuns nomeadamente no projeto de decisão sobre a prevenção da tortura e outros comportamentos cruéis, desumanos e degradantes.

**- No Quadro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE):**

Portugal participou na reunião anual da GENDERNET (CAD), que acompanhou o processo de negociação dos ODS (ODS 5) e a transversalidade das questões do género.

## - Outros

Referem-se ainda outras participações nacionais em reuniões internacionais:

Participação da CIG no Seminário sobre Empreendedorismo Feminino, promovido pelo Instituto de la Mujer (Madrid) que decorreu nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2015, no âmbito do EEAGRANTS.

Participação no *European Learning Forum on Tackling FGM*, promovido pelo Ministério da Administração Interna Britânico, que decorreu nos dias 4 e 5 de fevereiro, em Londres. Portugal apresentou as suas boas práticas num painel ministerial.

Apresentação das boas práticas nacionais em matéria do papel do Sistema Nacional de Saúde na prevenção e combate à violência doméstica e de género, por ocasião da “European regional consultation to develop the WHO global plan of action on strengthening the role of the health systems in addressing interpersonal violence”, promovida pela Organização Mundial de Saúde, que decorreu em Copenhaga, em maio de 2015.

Apresentação da situação nacional em matéria da implementação da Diretiva 2012/29/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, no âmbito do “Seminar in the Victims' Rights Directive”, promovido pelo EIGE e realizado em Vilnius, em novembro de 2015.

- **Medida 63 – Dar a conhecer os compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais, bem como as orientações produzidas pelos organismos internacionais em matéria de igualdade de género.**

Ao longo de 2015, foram divulgados, através da Rede de Contactos da Comissão Nacional para os Direitos Humanos, os compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais, bem como as orientações produzidas pelos organismos internacionais em matéria de igualdade de género.

A título de exemplo, através da conta de *Facebook* da Comissão Nacional para os Direitos Humanos, foram realizados *posts* sobre:

- A Defesa do 8º. e 9º. Relatórios sobre a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW);
- A aprovação da Resolução sobre o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Sexual em conflito, a 22 de julho;



- A 59ª sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW).

- **Medida 64 – Elaborar o II Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do CSNU 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança.**

A medida foi cumprida em 2014, com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2014, de 26 de agosto.

- **Medida 65 – Estabelecer Protocolos bilaterais de cooperação e programas de intercâmbio profissional no âmbito das políticas de igualdade de género, com países terceiros.**

Nos termos do Protocolo assinado entre Portugal e Timor-Leste, no âmbito da igualdade de género, a CIG organizou, em colaboração com a Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, a CITE e a Câmara Municipal do Seixal, um estágio profissional de 1 mês para 2 técnicas e 1 técnico da Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção Socioeconómica da Mulher, do Governo de Timor Leste.

- **Medida 66 – Assegurar uma efetiva implementação das orientações constantes da Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Igualdade de Género.**

Em 2015, teve lugar uma reunião de Coordenação Interministerial sobre a Estratégia Portuguesa para a Igualdade de Género no Desenvolvimento, com o objetivo de fazer o ponto de situação da implementação da referida Estratégia; discutir a sua atualidade, desafios e pistas de ação futura; analisar as ações desenvolvidas em 2015; discutir os processos multilaterais acompanhados; e fazer o ponto de situação da implementação da nova agenda 2030 (ODS), com o enfoque na questão do género; e, finalmente, apresentar os resultados do exame do CAD (OCDE) à Cooperação Portuguesa.

No que se refere à formação de militares nomeados em comissões de cooperação técnico-militar deverá ser tido em consideração o facto de, designadamente no Exército, os militares, ao longo da sua formação e progressão na carreira, verem incluídas matérias de igualdade de género, cidadania e não discriminação. Deste modo, o aprontamento efetuado aquando da participação em missões CTM não inclui necessariamente essa formação.

Em Angola, no âmbito do projeto do Núcleo Conjunto de Coordenação - Apoiar a Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas, prevê-se, como objetivo específico, “Apoiar a

capacitação de Forças para Operações de Apoio à Paz” (FOAP) nas quais as matérias da igualdade de género são abordadas.

Também em Timor-Leste, nos cursos de Formação Inicial de militares, estas temáticas estão incluídas.

- **Medida 67 – Consolidar a cooperação com os Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.**

Em 2015, Portugal assinou o Programa Estratégico de Cooperação com a Guiné-Bissau 2015-2020, o qual reflete o objetivo de promover a igualdade de género e muito especificamente a eliminação de todas as práticas nefastas de que são alvo as meninas e as mulheres, designadamente a mutilação genital feminina. Neste contexto foi, ainda, cofinanciado com o Fundo das Nações Unidas para as Atividades da População (FNUAP) um projeto específico na Guiné Bissau, que permitiu também fomentar a cooperação com a CPLP.

Realizou-se, no dia 11 de março, um encontro bilateral entre a SEAPI e a Ministra para o Género, Crianças e Assuntos Sociais de Moçambique, à margem dos trabalhos da 59ª Comissão sobre o Estatuto da Mulher. A SEAPI manifestou interesse na continuação do desenvolvimento de uma estreita relação com aquele país, em matéria de promoção da igualdade de género e do empoderamento das mulheres e raparigas.

- **Medida 68 – Realizar a transversalização da dimensão da igualdade de género em todas as políticas sectoriais de cooperação para o desenvolvimento.**

Em 2015, foram realizados 79 projetos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento, que estão classificados com o Marcador Igualdade de Género, de acordo com as regras de notificação estatística do CAD/OCDE, que identifica os projetos que tenham como objetivo principal ou significativo promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres ou reduzir a discriminação e desigualdades baseadas no sexo.

O MJ manteve, na cooperação internacional, a estratégia promotora dos direitos humanos. Neste âmbito, destaca-se a participação na XIV Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP), bem como os trabalhos desenvolvidos pela Presidência portuguesa, que terminou em 23 de junho de 2015, com especial enfoque para a promoção e proteção dos direitos das crianças e para o tráfico de seres humanos.

No MDN, tem sido possível contribuir para a transversalização da dimensão da igualdade de género nas políticas setoriais de cooperação para o desenvolvimento, concretamente na implementação dos projetos de Cooperação Técnico-Militar (CTM). Com efeito, tem havido, nos últimos anos, uma maior abertura, por parte do EMGFA/IESM e dos Ramos das FA, para incluir mulheres em missões de CTM, a par dos necessários esforços realizados no sentido de eliminar os obstáculos de natureza logística inibidores da participação das mulheres em missões, nomeadamente garantindo as adequadas condições de alojamento nas Residências da CTM.

O objetivo final das Forças Armadas Portuguesas, e preferencialmente prosseguido nas relações estabelecidas com as Forças Armadas dos países parceiros, traduz-se na criação de condições que permitam que o ingresso e progressão dos quadros se efetuem em igualdade de circunstâncias e oportunidades, por categoria e postos e nas respetivas carreiras, de acordo com a legislação vigente, independentemente do sexo.

## **7.2 – Comunidades Portuguesas**

- **Medida 69 – Reforçar a promoção da igualdade de género nas comunidades portuguesas.**

Em 2015, foram realizadas as seguintes iniciativas:

### **Visita à Comunidade de Hartford, no Connecticut (EUA):**

Este encontro realizou-se no âmbito da habitual deslocação de uma delegação portuguesa, para participar na 59ª sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW), que decorreu na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque.

A Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, acompanhada pela Deputada eleita pelo círculo fora da Europa, e pela Cônsul-Geral de Portugal em Nova Iorque, foi recebida pela direção do Clube Português de Hartford, que convidou também para esta sessão diversas mulheres lusodescendentes, com funções políticas e judiciais de grande relevância na comunidade. A Secretária de Estado, após uma análise da situação da evolução económica e social do país, explicitou as suas funções na área dos Assuntos Parlamentares, mas principalmente na área da Igualdade.

### **Outras iniciativas:**

Curso Mundial de Formação de Dirigentes Associativos da Diáspora: Participação de mulheres dirigentes associativas nas duas edições de 2015, realizadas em Portugal (Oeiras e Foz do Arelho);

«Mulher Migrante» - Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade: Colóquios e Concertos sobre «Cultura, Cidadania e Género», França (Paris) e Luxemburgo;

Associação Nacional Mulher Migrante Luso-Venezuelana: Encontros regionais sobre «Igualdade de Género»:

- Cidadania e Portugalidade: Encontro Regional das Mulheres Portuguesas em Miranda;
- História e Portugalidade: Encontro Regional das Mulheres Portuguesas em Aragua;
- Associativismo e Portugalidade: Encontro Regional das Mulheres Portuguesas em Bolívar;
- Emancipação da Mulher Luso-venezuelana e Portugalidade: Encontro Regional das Mulheres Portuguesas em Mérida;
- Exposição de pinturas/esculturas de mulheres portuguesas e sarau cultural;

Associação da Mulher Migrante Portuguesa na Argentina: para além de diversas iniciativas relacionadas com a igualdade de género, esta associação tem um papel importante no apoio às famílias carenciadas da comunidade portuguesa;

Associação “Liga da Mulher Portuguesa na África do Sul”: para além de diversas iniciativas relacionadas com a igualdade de género, a associação desenvolve o Projeto Universidade Sénior “Boa Esperança”;

2º Encontro Sobre «O Papel da Mulher Portuguesa na Alemanha»: participaram mulheres com percursos de vida e trabalhos diferentes – ligadas à política, artes, mundo empresarial, voluntariado, ensino e outros. Foi lançada a brochura «O papel da mulher portuguesa na Alemanha», sobre o primeiro encontro realizado em 2014. Esta publicação, que contou com o apoio da DGACCP, para além dos textos referentes ao evento, inclui entrevistas a cinco mulheres portuguesas de diversas gerações, que foram chegando à Alemanha ao longo dos últimos 50 anos.

- **Medida 70 – Incluir a dimensão da igualdade de género nas relações com os países de residência e trabalho de nacionais.**

As atividades descritas na medida 69 cumprem igualmente esta medida.

### **Grau de execução do Plano: Síntese avaliativa**

O Relatório intercalar de execução do V PNI, elaborado pela CIG, que, durante 2015, cumpriu as suas competências de coordenação e monitorização do Plano através de uma articulação e diálogo permanentes com todos os organismos envolvidos, tem como base as respostas recebidas por parte das entidades responsáveis pela sua execução. Foi, ainda, tomado em consideração, um conjunto de dados conhecidos através das atividades de monitorização e controlo, e reportes intercalares, quando foi caso disso. Das 63 medidas, cuja execução estava prevista para 2015 ou durante toda a vigência do plano, duas não tiveram ainda execução (Medida 4, 46 e 60) e 11 não têm informação reportada (Medidas 16, 17, 18, 19, 30, 31, 32, 33, 38, 39, 40).

Em termos globais, poderá considerar-se que a execução foi positiva, correspondendo a um total de 78% executado ou parcialmente executado (como se poderá constatar no Quadro-resumo), respeitando estes valores às medidas com calendarização estabelecida para o ano de 2015 ou para todo o período de vigência do Plano e excluindo, naturalmente, as medidas calendarizadas para execução nos próximos anos até 2017.

Na elaboração deste Relatório, teve-se ainda em atenção atividades reportadas que, não correspondendo aos indicadores de desempenho, se considerou poderem contribuir para os objetivos das várias medidas.

Igualmente, foram apenas reportadas, no texto principal do Relatório, as atividades das ONG, do Conselho Consultivo da CIG, realizadas em parceria com entidades públicas ou com financiamento público. Todas as outras foram remetidas para o Anexo I.

De referir que não foram reportadas atividades financiadas pelo Eixo 7, do POPH, porque este terminou no início do ano, não representando, por isso, impacto na execução de medidas em 2015.

### Taxa de execução do Plano no ano de 2015

<b>Áreas Estratégicas</b>	<b>N.º total de medidas</b>	<b>N.º de medidas previstas para 2015 ou “Durante toda a Vigência do Plano”</b>	<b>N.º de medidas executadas em 2015</b>	<b>Percentagem de medidas executadas em 2015</b>
<b>Área Estratégica 1</b>	13	12	11	91,67%
<b>Área Estratégica 2</b>	27	24	13	54,2%
<b>Área Estratégica 3</b>	9	8	7	87,5%
<b>Área Estratégica 4</b>	5	5	5	100%
<b>Área Estratégica 5</b>	3	3	3	100%
<b>Área Estratégica 6</b>	4	3	2	67%
<b>Área Estratégica 7</b>	9	8	8	100%
<b>TOTAL</b>	70	63	49	78%

# ANEXO I

## Atividades das ONG do Conselho Consultivo

### Área Estratégica 2 – Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas

#### 2.1 – Educação, Ciência e Cultura

- **Medida 16 – Integrar a temática da igualdade de género como um dos eixos estruturantes das orientações para a educação pré-escolar, ensino básico e secundário**

Realizou-se o IV Encontro Nacional de Estudantes e Investigador@s Emergentes em Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas (E-Apem), cujo objetivo foi o de oferecer um espaço de encontro, troca de experiências e apoio mútuo, assente em dinâmicas de trabalho informais e interativas. O evento teve 32 participantes, representando 12 Universidades diferentes, de várias regiões do país, e todos os níveis de estudo (licenciatura, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento).

- **Medida 17 – Incentivar a introdução da temática da igualdade de género na formação pedagógica inicial e contínua de profissionais de educação.**

A APEM associou-se às comemorações dos 20 anos do Mestrado de Estudos sobre as Mulheres (Universidade Aberta), com múltiplas atividades: Seminário em 5 de novembro, com Clare Hemmings, da London School of Economics; exibição de filme, em parceria com a Cinemateca, em 26 de novembro - Yvone Kane, a mais recente longa-metragem de Margarida Cardoso. Igualmente, procedeu ao reforço da informação disponível na internet acerca dos estudos sobre as mulheres e de género, através do *Site* (que se internacionalizou), e da página no *Facebook*.

## 2.3 – Juventude e Desporto

- **Medida 27 – Promover ações de sensibilização/formação para a igualdade de género e não-discriminação, destinadas a jovens.**

A APF Lisboa realizou 47 ações para jovens (461M; 590H).

A APF Centro realizou 52 ações para jovens (773 rapazes e 1.057 raparigas).

profissional, para um total de 42 jovens (24 rapazes e 18 raparigas); 3 sessões para jovens adolescentes em meio escolar, recorrendo à Unidade Móvel de Saúde Sexual Reprodutiva, abrangendo no total 110 jovens (48 rapazes e 62 raparigas).

A APF Norte realizou uma sessão para estudantes de medicina sobre tráfico, prostituição e exploração sexual.

- **Medida 28 – Fomentar nos programas de voluntariado jovem o desempenho de atividades que contrariem os papéis tradicionalmente atribuídos a raparigas e rapazes.**

A APF Lisboa realizou 11 ações de voluntariado com jovens (24 raparigas e 34 rapazes) e um Encontro de Jovens Voluntários (10 rapazes e 7 raparigas). A APF Norte realizou 4 ações de voluntariado com jovens e um encontro de Jovens Voluntários (sem informação do número de participantes).

- **Medida 34 – Desenvolver ações de sensibilização e formação que integrem a dimensão de género dirigidas a profissionais que trabalham com populações vulneráveis.**

A APF Nacional procedeu à disseminação do filme “No meu tempo – amor e sexualidade, comparando gerações” (ULHT, CM Odivelas, “Jornadas da APF Madeira”).

A APF Norte realizou ações de sensibilização sobre igualdade de género entre homens e mulheres Roma, dirigidas a profissionais de entidades que fazem parte das Redes Sociais do distrito do Porto.



## Área Estratégica 4 - Orientação Sexual e Identidade de Género

- **Medida 50 – Sensibilizar a população para a não-discriminação em função da orientação sexual e identidade de género.**

Durante o ano de 2015, a ILGA Portugal organizou ou participou nos seguintes eventos:

- Organização da 12ª Edição dos Prémios Arco-Íris, 11 janeiro, no Teatro do Bairro;
- Participação no 2º Fórum da Cidadania, organizado pelo Pelouro dos Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, 28 janeiro, na Escola Secundária Rainha D. Leonor;
- Participação no NOVA Debate – Mesa Redonda Direitos Sexuais e Reprodutivos, organizado pelo NOVA Debate, 18 março, na Universidade Nova de Lisboa;
- Participação no Março Mulher, organizado pela cooperativa SEIES em Setúbal, a 17 de abril;
- Organização da iniciativa Arco-Íris no Jardim em colaboração com a JF da Misericórdia, a 17 de maio, no Miradouro de S Pedro de Alcântara, entrada livre;
- Realização de ação de sensibilização *online* para Barclays Portugal, Espanha e Inglaterra, 18 de junho;
- Participação na Marcha do Orgulho de Lisboa, 20 de junho, entrada livre;
- Organização da 19ª Edição do Arraial Lisboa Pride, 27 de junho, no Terreiro do Paço;
- Organização de debate sobre legislativas com representantes de partidos políticos, 8 setembro, na Fundação Saramago;
- Organização do 4º Encontro Europeu de Famílias Arco-Íris, 15 a 18 outubro, em Oeiras;
- Participação no Dia Municipal para a Igualdade, 24 outubro, em Lisboa.

- **Medida 51 – Realizar campanhas de sensibilização contra a discriminação em função da orientação sexual e identidade de género.**

A ILGA Portugal e a Meninos do Mundo – Associação promoveram a campanha de sensibilização “Todas as crianças”<sup>8</sup>, com o objetivo de chamar a atenção para as discriminações várias de que ainda são alvo as crianças em Portugal.

- **Medida 52 – Sensibilizar profissionais e especialistas de áreas estratégicas para as questões da orientação sexual e identidade de género.**

De salientar a participação de elementos da ILGA Portugal no Seminário sobre Refugiados, organizado pelo ISCTE, a 26 de maio; no Congresso “O corpo e a identidade”, organizado pela Associação JANO Portugal, a 20 de novembro, no ISCTE; e no IV Seminário sobre Violência Doméstica, organizado pelo DIAPL, a 4 de dezembro, no Campus de Justiça.

---

<sup>8</sup> <https://vimeo.com/129383492>

## Siglas utilizadas

**ACM** – Alto Comissariado para as Migrações, I.P.  
**AEP** – Associação Empresarial de Portugal  
**AIP** – Associação Industrial Portuguesa  
**AGNU** – Assembleia Geral das Nações Unidas  
**ANMP** – Associação Nacional de Municípios Portugueses  
**APA, I.P.** – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.  
**APDC, I.P.** – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.  
**APEM** – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres  
**APF** – Associação para o Planeamento da Família  
**ARS, I.P.** - Administração Regional de Saúde, I.P.  
**CASES** - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social  
**CDH** – Conselho de Direitos Humanos  
**CEJ** – Centro de Estudos Judiciários  
**CEJUR** - Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros  
**CENJOR** – Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas  
**CIG** – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género  
**CIG/DRN** - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género/Delegação Regional do Norte  
**CITE** - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego  
**CPLP**- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
**DCGC** – Departamento de Comunicação e Gestão do Cliente  
**DGArtes** - Direção-Geral das Artes  
**DGE** – Direção-Geral da Educação  
**DGPDN** – Direção-Geral Políticas de Defesa Nacional  
**DGPRM** – Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar  
**CLAII** - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes  
**CNAI** – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante  
**CNPCJR** – Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em risco  
**CPCJ** – Comissão Proteção de Crianças e Jovens  
**DGAE** – Direção-Geral das Atividades Económicas  
**DGAEP** - Direção-Geral da Administração e do Emprego Público  
**DGAI** – Direção-Geral de Administração Interna  
**DGE** – Direção-Geral de Educação  
**DGES** – Direção-Geral do Ensino Superior  
**DGPJ** – Direção-Geral de Políticas de Justiça  
**DGRSP** - Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais  
**DGS** – Direção-Geral de Saúde  
**EIGE** – Instituto Europeu para a Igualdade de Género  
**EQUINET** - European Network of Equality Bodies  
**FCT** – Fundação para a Ciência e Tecnologia  
**FPCE-UP** – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto  
**FRA** – Agência para os Direitos Fundamentais  
**FS** – Forças de Segurança

**GEP** - Gabinete de Estratégia e Planeamento  
**GEPAC** - Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais  
**GMCS** - Gabinete para os Meios de Comunicação Social  
**GNR** – Guarda Nacional Republicana  
**IEFP, I.P.** - Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.  
**ILGA** – Intervenção Lésbica, Gay e Transgénero  
**INA** - Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas  
**INE, I.P.** - Instituto Nacional de Estatística, I.P.  
**INML** – Instituto Nacional de Medicina Legal  
**INR, I.P.** - Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.  
**IPDJ, I.P.** - Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.  
**IPSS** - Instituições Particulares de Solidariedade Social  
**ISS, I.P.** - Instituto da Segurança Social, I.P.  
**LGBT** – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgénero  
**MADR** - Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional  
**MAI** - Ministério da Administração Interna  
**MAM** - Ministério da Agricultura e do Mar  
**MAOTE** - Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia  
**MDN** - Ministério da Defesa Nacional  
**ME** - Ministério da Economia  
**MEC** - Ministério da Educação e Ciência  
**MF** - Ministério das Finanças  
**MJ** - Ministério da Justiça  
**MNE** - Ministério dos Negócios Estrangeiros  
**MS** - Ministério da Saúde  
**MSESS** - Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social  
**ONG** – Organizações Não Governamentais  
**PCM** - Presidência do Conselho de Ministros  
**PGR** – Procuradoria-Geral da República  
**PJ** – Polícia Judiciária  
**PME** – Pequenas e Médias Empresas  
**POPH** – Programa Operacional Potencial Humano  
**PSP** – Polícia de Segurança Pública  
**QREN** – Quadro de Referência Estratégico Nacional  
**RCM** – Resolução do Conselho de Ministros  
**RCSNU** – Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas  
**SCML** – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa  
**SEAPI** – Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade  
**SGNU** – Secretário-geral das Nações Unidas  
**UMAR** - União de Mulheres Alternativa e Resposta